

PUCRS

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS

BÁRBARA LUZIA COVATTI MALCORRA

**A ORGANIZAÇÃO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA DO DISCURSO: UM ESTUDO SOBRE
AS CONEXÕES ENTRE ENUNCIADOS**

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

BÁRBARA LUZIA COVATTI MALCORRA

**A ORGANIZAÇÃO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA DO DISCURSO: UM
ESTUDO SOBRE AS CONEXÕES ENTRE ENUNCIADOS**

PORTO ALEGRE

2018

Bárbara Luzia Covatti Malcorra

A ORGANIZAÇÃO SEMÂNTICO-ARGUMENTATIVA DO DISCURSO: UM ESTUDO
SOBRE AS CONEXÕES ENTRE ENUNCIADOS

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS

Orientadora: Profa. Dra. Leci Borges Barbisan

Porto Alegre

2018

Ao meu avô Ângelo.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Marta e José, pelo amor e pela segurança, e à minha querida avó Ires, pela amizade, pelo carinho e pela constante preocupação com meu bem-estar. Obrigada por estarem sempre presentes.

Ao Gabriel, quem mais esteve ao meu lado neste processo, pelo apoio e pelo companheirismo. Obrigada por ser meu parceiro nos bons e maus momentos.

À minha querida orientadora, Profa. Dra. Leci Borges Barbisan, não só pelo olhar atento a minha escrita e pela brilhante orientação, mas também pelo carinho e pelos constantes ensinamentos de vida compartilhados em nossos cafés. Obrigada por tudo.

À professora Dra. Marlene Teixeira, que hoje se faz presente em nossos corações, sou grata por ter me mostrado, logo cedo, o encanto e a beleza da linguagem.

Ao professor Dr. Cláudio Primo Delanoy, por aceitar o convite para compor as bancas de qualificação e de defesa de meu trabalho e pelas importantes contribuições.

À professora Dra. Cristiane Dall' Cortivo Lebler, por aceitar o convite para compor a banca de defesa de meu trabalho e pelas importantes contribuições.

Ao colega e amigo Lauro Gomes, um dos grandes presentes que o Mestrado me deu e que muito contribuiu no desenvolvimento de meu trabalho. Obrigada pela parceria e pela amizade.

Aos meus colegas da PUCRS, pela troca de experiências e pelos momentos de descontração e alegria que me proporcionaram.

Ao Grupo de Pesquisa *O ensino da leitura e da escrita pela perspectiva da Teoria da Argumentação na Língua*, pela troca de conhecimento entre colegas, mestres e doutores.

À CAPES, pela bolsa de estudos.

E a todos que, de uma forma ou de outra, estiveram comigo e me apoiaram nestes dois anos de Mestrado, meu muito obrigada.

“Um texto é, para quem o produz, uma forma de se escutar”.

(TEIXEIRA, 2006, p. 231)

RESUMO

Esta pesquisa dá continuidade aos trabalhos desenvolvidos em Semântica Argumentativa, no que se refere à organização dos sentidos do discurso. Para tanto, toma-se, como ponto de partida, o estudo realizado por Graeff (2012), no qual a autora percebe a ocorrência de dois processos que conectam enunciados em textos: o processo de similaridade e o processo de contiguidade. O primeiro diz respeito ao parentesco existente entre enunciados que compartilham a mesma argumentação interna, enquanto o segundo refere-se à progressão temática do texto. Dada a escassez de trabalhos que focalizam essas conexões, torna-se necessário ampliar esses estudos para um número maior de textos de diferentes gêneros, a fim de verificar o funcionamento dos processos descritos e a possibilidade de generalizá-los para qualquer texto. Nessa perspectiva, amparado no suporte teórico da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), em especial, na sua versão da Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), este estudo busca verificar como os motivos argumentativos se organizam para a constituição do sentido do discurso, e de que modo as conexões estabelecidas entre os enunciados permitem explicitar o sentido global do discurso. O *corpus* da pesquisa consiste em três crônicas publicadas no jornal *Zero Hora*, e a metodologia de análise inclui (a) a evocação de unidades semânticas básicas, isto é, encadeamentos argumentativos normativos, expressos em DC (portanto), ou transgressivos, expressos em PT (no entanto); (b) a associação a cada um dos encadeamentos evocados do aspecto argumentativo do bloco semântico que expressam; (c) a divisão dos textos em trechos que exprimem motivos argumentativos; (d) a identificação do tipo de conexão estabelecida entre os enunciados; e, por fim, (e) a explicitação do sentido global do discurso. Verifica-se, nas análises, não só ocorrências de conexões por contiguidade e por similaridade entre enunciados de um mesmo trecho, mas também entre trechos diferentes. Destaca-se a possibilidade de explicitar, a partir da perspectiva da Semântica Argumentativa, a progressão temática do texto com vista ao sentido global.

Palavras-chave: Motivo argumentativo. Conexão por similaridade. Conexão por contiguidade.

ABSTRACT

This research continues the studies developed in Argumentative Semantics, regarding the organization of the discourse meaning. For this purpose, it is taken as starting point the study by Graeff (2012), in which the author perceives the occurrence of two processes that connect utterances in texts: the process of similarity and contiguity. First process concerns the relationship between utterances that share the same internal argumentation, while the second process relates to the text thematic progression. Given the scarcity of studies focusing on these connections, it is necessary to extend these studies to a larger number of texts of different genres, in order to verify the operation of the described processes and the possibility of generalizing them to any text. In this perspective, based on the theoretical support of Theory of Argumentation within Language (ANL), especially in its version of the Theory of Semantic Blocks (TBS), this study aims to verify how the argumentative motives are organized for the constitution of the discourse meaning, and how the connections established between utterances allow making explicit the discourse global meaning. The corpus is composed of three chronicles published in the newspaper *Zero Hora*, and the methodology of analysis includes (a) the evocation of basic semantic units, that is, argumentative chains expressed in DC (therefore) or in PT (however); (b) the association to each of the chains evoked of the argumentative aspect of the semantic block they express; (c) the division of the texts into parts that express argumentative motives; (d) the identification of the connection established between the utterances; (e) the global meaning explanation of the discourse. It is verified not only occurrences of connections by contiguity and by similarity between utterances of the same part of the text, but also among different parts. Results suggest the possibility of explaining the thematic progression of the text from the perspective of Argumentative Semantics.

Keywords: Argumentative motive. Connection by similarity. Connection by contiguity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conceitos básicos da ANL	39
Figura 2 - Valores semânticos da <i>frase</i> e do <i>enunciado</i>	40
Figura 3 - Quadrado argumentativo do bloco semântico que relaciona <i>difficuldade</i> e <i>postergar</i>	46
Figura 4 - Quadrado argumentativo do bloco semântico que relaciona <i>difficuldade</i> e <i>não postergar</i>	47
Figura 5 - Quadrado aristotélico	47
Figura 6 - Relações formais entre os aspectos argumentativos de um mesmo bloco semântico	48
Figura 7 - Relações discursivas entre os aspectos argumentativos de um mesmo bloco semântico	49
Figura 8 - Total de ocorrências de conexão por similaridade e conexão por contiguidade no discurso 1	78
Figura 9 - Ocorrências de conexões entre enunciados de um mesmo trecho e entre enunciados de trechos diferentes no discurso 1	80
Figura 10 - Total de ocorrências de conexão por contiguidade e conexão por similaridade no discurso 2	82
Figura 11 - Ocorrências de conexões entre enunciados de um mesmo trecho e entre enunciados de trechos diferentes no discurso 2	83
Figura 12 - Total de ocorrências de conexão por contiguidade e conexão por similaridade no discurso 3	85
Figura 13 - Ocorrências de conexões entre enunciados de um mesmo trecho e entre enunciados de trechos diferentes no discurso 3	86
Figura 14 - Total de ocorrências de conexão por contiguidade e conexão por similaridade nos discursos 1, 2 e 3	88
Figura 15 - Total de ocorrências de conexões entre enunciados de um mesmo trecho e entre enunciados de trechos diferentes nos discursos 1, 2 e 3	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação de aspectos argumentativos expressos em cada trecho do discurso 1 e o tipo de conexão estabelecida entre os enunciados.....	76
Quadro 2 - Relação de aspectos argumentativos expressos em cada trecho do discurso 2 e o tipo de conexão estabelecida entre os enunciados.....	81
Quadro 3 - Relação dos aspectos argumentativos expressos em cada trecho do discurso 3 e o tipo de conexão estabelecida entre os enunciados.....	84

LISTA DE SIGLAS

AE	Argumentação Externa
AI	Argumentação Interna
ANL	Teoria da Argumentação na Língua
BS	Bloco Semântico
CLG	Curso de Linguística Geral
CON	Conector
DC	Conector equivalente a <i>portanto</i> (<i>donc</i> em francês)
EHESS	École des Hautes Études en Sciences Sociales
ELG	Escritos de Linguística Geral
NEG	Negação
PT	Conector equivalente a <i>no entanto</i> (<i>pourtant</i> em francês)
TAP	Teoria Argumentativa da Polifonia
TBS	Teoria dos Blocos Semânticos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 CRÔNICA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO	15
1.1 Crônica: testemunha do tempo e espelho da vida	16
1.2 Crônica: uma organização híbrida.....	21
2 PLATÃO E SAUSSURE: BASES EPISTEMOLÓGICAS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	24
2.1 Alteridade de Platão	24
2.2 A Linguística Saussuriana	28
3 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA	35
3.1 Conceitos básicos da ANL	35
3.2 A Teoria dos Blocos Semânticos.....	42
3.3 Conexão por Similaridade e Conexão por Contiguidade.....	53
4 METODOLOGIA	56
5 ANÁLISE DO CORPUS	57
5.1 Discurso 1: <i>A baixa cotação dos off-lines</i>	57
5.2 Discurso 2: <i>Às escuras</i>	64
5.3 Discurso 3: <i>Histórias</i>	69
6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
REFERÊNCIAS	91

INTRODUÇÃO

Pretende-se, com este estudo, dar continuidade às pesquisas desenvolvidas em Semântica Argumentativa, no que se refere, mais especificadamente, à organização dos sentidos do discurso. Para tanto, toma-se, como ponto de partida, o artigo de Graeff (2012) intitulado *A conexão entre enunciados no texto com base na semântica argumentativa*, no qual a autora, ao buscar explicar, dentre outras coisas, como os *motivos argumentativos* – julgamentos argumentativos completos que exprimem um aspecto e evocam encadeamentos (CAREL, 2012) – se organizam entre si em um discurso, mostra que há dois processos que conectam enunciados em textos: o processo de similaridade e o processo de contiguidade. De acordo com Graeff (2012), o primeiro diz respeito ao parentesco existente entre enunciados que compartilham a mesma argumentação interna, ou seja, que expressam o mesmo aspecto argumentativo de um determinado bloco semântico. Já o segundo processo explica a progressão temática do texto, ou seja, “permite entender como o texto mantém a coerência no desenvolvimento de seu tema. Trata-se, nesse caso, da coerência linguístico-discursiva do texto”. (GRAEFF, 2012, p. 207). Como a referida autora destaca no final de seu artigo, é necessário ampliar esse estudo para um número maior de textos de diferentes gêneros, a fim de verificar o funcionamento dos processos descritos e a possibilidade de generalizá-los para qualquer texto.

É nessa perspectiva que esta pesquisa se insere, visando a uma análise da organização dos sentidos no texto, haja vista o suporte teórico da Teoria da Argumentação na Língua (ANL), concebida, inicialmente, por Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre, com foco, mais especificadamente, em uma de suas versões mais recentes, a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), desenvolvida por Marion Carel e Oswald Ducrot na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) de Paris.

De acordo com a ANL/TBS, o sentido de uma entidade linguística qualquer, seja ela uma palavra ou um enunciado, é expresso por encadeamentos argumentativos, isto é, discursos que essa entidade evoca. Segundo Carel e Ducrot (2005), é graças à interdependência semântica que um segmento mantém com o outro, no interior de encadeamentos argumentativos, que surge o sentido. É, pois, da interdependência semântica estabelecida entre dois segmentos de um

encadeamento argumentativo que se origina o bloco semântico, o qual fornece uma determinada representação da situação posta pela enunciação.

Com base nos dois processos que, segundo Graeff (2012), conectam enunciados em textos e, sobretudo, nas ferramentas postas à disposição pela TBS, esta pesquisa busca analisar como se dá a organização dos motivos argumentativos no discurso, bem como verificar de que forma as conexões – tanto por contiguidade como por similaridade – estabelecidas entre enunciados contribuem para a explicitação do sentido global do discurso.

Cumprе destacar que Graeff (2001), em *Resumo de textos: em busca dos blocos semânticos e das unidades semânticas básicas*, percorre um importante caminho rumo à explicação do sentido global do discurso. A autora busca verificar em que medida conceitos e princípios da Teoria da Polifonia e da TBS são aplicáveis à tarefa de resumir textos. No entanto, a linguista centra-se na identificação das unidades semânticas básicas com as quais o locutor concorda e/ou se identifica, uma vez que, segundo ela, o locutor, em suas atitudes em relação aos enunciadores – discordar, concordar e se identificar – permite que se perceba como o texto argumenta e qual o seu sentido global. Resta, pois, desenvolver um estudo que busque explicar o sentido global do discurso a partir das ferramentas postas à disposição pela TBS e, em especial, das conexões estabelecidas entre os enunciados.

Com base no que precede, estabelecemos as seguintes questões norteadoras:

(a) como os motivos argumentativos se organizam para a constituição do sentido do discurso?;

(b) de que modo as conexões – por contiguidade e por similaridade – estabelecidas entre os enunciados permitem explicitar o sentido global do discurso?

Para respondê-las, utilizam-se, como *corpus* de pesquisa, três crônicas publicadas no jornal *Zero Hora* em março de 2017, a saber *A baixa cotação dos off-lines* e *Às escuras*, de Martha Medeiros, e *Histórias*, de Luís Fernando Veríssimo.

Para tanto, este estudo está dividido em seis capítulos. O primeiro deles percorre o caminho da História, buscando recuperar as origens da crônica, para, em seguida, apresentar as principais características do gênero na atualidade.

Já o segundo capítulo percorre os caminhos que alicerçam o suporte teórico que aqui é adotado (ANL/TBS). Primeiramente, explicitam-se os princípios filosóficos de Platão, sobretudo no que se refere ao conceito de *alteridade*; e, em seguida, os princípios linguísticos de Ferdinand de Saussure, com destaque especial para o conceito de *valor linguístico*.

O terceiro capítulo explicita os princípios e conceitos da ANL. Apresentam-se, pois, em um primeiro momento, conceitos básicos da Teoria, tais como *frase*, *texto*, *enunciado*, *discurso*, *significação* e *sentido*; e, em seguida, conceitos da TBS, tais como *encadeamento argumentativo*, *interdependência semântica*, *aspecto argumentativo*, *bloco semântico*, *motivo argumentativo*, *argumentação interna* e *argumentação externa*, entre outros. Além disso, o capítulo apresenta os conceitos de *conexão por contiguidade* e *conexão por similaridade*, esmiuçados por Graeff (2012).

O quarto capítulo explica o procedimento metodológico aplicado neste estudo. Na sequência, o quinto capítulo apresenta a análise do *corpus*. O sexto capítulo, por sua vez, propõe reflexões acerca dos resultados alcançados, retomando as perguntas de pesquisa, acompanhadas das respostas alcançadas às indagações. Por fim, as considerações finais apresentam as implicações decorrentes da jornada aqui empreendida.

1 CRÔNICA: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Não posso dizer positivamente em que ano nasceu a crônica; mas há toda a probabilidade de crer que foi coetânea das primeiras duas vizinhas. Essas vizinhas, entre o jantar e a merenda, sentaram-se à porta, para debicar os sucessos do dia. Provavelmente começaram a lastimar-se do calor. Uma dizia que não pudera comer ao jantar, outra que tinha a camisa mais ensopada do que as ervas que comera. Passar das ervas às plantações do morador fronteiro, e logo às tropelias amatórias do dito morador, e ao resto, era a coisa mais fácil, natural e possível do mundo. Eis a origem da crônica. (ASSIS, 2013, p. 30).

A epígrafe acima, embora longa, tem o mérito de assinalar o objeto da crônica, sua matéria-prima: o cotidiano de todos nós. Mais do que isso, dela pode-se depreender que, uma vez surgidas da espontaneidade de uma conversa, as crônicas teriam como uma de suas características primeiras a leveza. Com base nisso e, sobretudo, na citação de Arrigucci (1987, p. 62), segundo o qual “[...] para se chegar até o presente, é preciso mesmo calçar botas de sete léguas, pois a história da crônica é comprida e intrincada”, explicitamos, em um primeiro momento, as origens da crônica, procurando recuperar seus traços iniciais e seus principais representantes. Para tanto, buscamos em autores como Candido (1992) e Coutinho (1994) importantes considerações a respeito do gênero e apresentamos algumas das particularidades dos primeiros cronistas, como, por exemplo, Paulo Barreto, Rubem Braga, Paulo Mendes Campos, Carlos Drummond de Andrade, entre outros.

Em um segundo momento, abordamos a natureza híbrida da crônica. Nesta seção, buscamos explicar por que o gênero é tido como jornalístico/literário e apresentamos algumas das características mais significativas para a sua constituição, embora não seja objetivo deste estudo esgotar classificações do gênero. Nessa perspectiva, concordamos com Chalhoub, Neves e Pereira, segundo os quais

[...] ao invés de conceituar a crônica de modo unívoco, cabe enfrentar a sua especificidade, em um procedimento que radicalize a busca de sua historicidade, ao mesmo tempo em que se mostre atento aos complexos mecanismos narrativos que a constituem. (CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, 2005, p. 17).

1.1 Crônica: testemunha do tempo e espelho da vida

O significado tradicional da palavra crônica, segundo Coutinho (1994), decorre de sua etimologia grega (*khronos*), que designa tempo. O referido autor ressalta que, em português, o termo “crônica” adquiriu dois sentidos ao longo dos séculos. O primeiro, o primitivo, dá à crônica o caráter de relato histórico. O segundo, por sua vez, diz respeito ao sentido que atualmente é conhecido, um gênero literário ligado ao jornalismo¹. A título de elucidação, a seguir são tecidas considerações a respeito desses dois sentidos – o antigo e o atual –, visto a importante trajetória histórica para sua consolidação no Brasil.

Segundo Arrigucci (1987, p. 51), em *Fragmentos sobre a crônica*, em sua primeira acepção, o gênero se caracterizava como “uma narração de fatos históricos segundo uma ordem cronológica” e, por essa razão, se tornou uma “precursora da historiografia moderna”. (ARRIGUCCI, 1987, p. 52). Nesse sentido, o cronista, narrador da História, tecia, em sua crônica, o “testemunho de uma vida, o documento de toda uma época ou um meio de se inscrever a História no texto”².

Cumprido deixar claro que não há consenso entre os pesquisadores sobre o nascimento do gênero, no entanto apresentamos as principais considerações desses estudiosos para a área. Melo (2002), no que se refere ao tema, ressalta que, originalmente, a crônica antiga narrava, em ordem cronológica, acontecimentos relativos a um povo. Dessa forma, o autor afirma que o primeiro grande cronista pode ter sido Heródoto, “o pai da História”, mas também cita Júlio César, imperador romano que escreveu notáveis “crônicas de guerra”. Segundo o referido autor, assim como esses dois nomes citados, há vários outros exemplos de cronistas históricos na Idade Antiga, que mantêm sempre em comum

[...] o caráter de relato circunstanciado sobre feitos, cenários e personagens, a partir da observação do próprio narrador ou tomando como fonte de referência as informações coligidas junto a protagonistas ou testemunhas oculares. (MELO, 2002, p. 140).

¹ Coutinho (1994) salienta que, diferentemente do português, em inglês, francês, espanhol, italiano e em outros idiomas europeus modernos, a palavra crônica remete somente ao sentido de gênero histórico, o seu significado tradicional.

² Na concepção de Sá (2008), o cronista, nessa acepção, era como um narrador-repórter (combinação de jornalismo com literatura).

Segundo Simões (2009), a Baixa Idade Média trouxe novo fôlego ao gênero. Para o autor, “com o mercantilismo, a formação dos Estados Nacionais e a expansão ultramarina, a crônica ganhou importância” (SIMÕES, 2009, p. 50) e daí surgiram as “crônicas de viagem”, da qual Pero Vaz de Caminha é o exemplo mais notório. Jorge de Sá (2008, p. 5) defende que a carta de Caminha ao rei D. Manuel assinala o momento em que “a paisagem brasileira desperta o entusiasmo de um cronista, oferecendo-lhe a matéria para o texto que seria considerado a nossa certidão de nascimento”. Na concepção do referido autor, Caminha, por meio de seu relato, estabelece o princípio básico da crônica, qual seja, o de registrar o circunstancial. Sá, então, faz uma importantíssima afirmação: “a história da nossa literatura se inicia, pois, com a circunstância de um descobrimento: oficialmente, a *Literatura Brasileira nasceu com a crônica*”. (SÁ, 2008, p. 7, grifo nosso).

Com o passar do tempo, a palavra foi adquirindo valor semântico diferente³. O termo passou a ser usado com o sentido que é atualmente generalizado, um gênero ligado ao jornalismo, à imprensa nacional, que, segundo Simões (2009), veio a se firmar em princípios do século XIX⁴.

Antonio Candido (1992), no bonito prefácio *A vida ao rés-do-chão*, procurou as origens da crônica no Brasil e as encontrou no *Correio Mercantil* do Rio de Janeiro, por volta de 1854 e 1855. Afrânio Coutinho (1994), por sua vez, acrescenta que a crônica brasileira propriamente dita começou com Francisco Otaviano de Almeida Rosa, no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, e também no *Correio Mercantil*.

De acordo com Santos (2013), no artigo *Passagem do livro ao jornal: o texto esfarela-se na crônica* – artigo no qual a autora busca formular uma teoria sobre o gênero – a crônica surge no Brasil como uma literatura limítrofe, um gênero de passagem, abandonando o estilo livresco para voltar seus olhos para as ruas. Uma literatura que, nas palavras da autora, “além de ter seus olhos voltados para as ruas, vende-se nas ruas usando como veículo as páginas voláteis e efêmeras do jornal”. (SANTOS, 2013, p. 139).

As crônicas, nessa época, chamavam-se folhetins (do *feuilleton*, seção presente nos jornais franceses) que, estampados, geralmente, nos rodapés dos

³ Coutinho (1994) salienta que a transformação, ao que parece, operou-se no século XIX, não se sabe com certeza se em Portugal ou no Brasil.

⁴ Simões (2009) também destaca que os periódicos iniciais datam de 1808, ano da transferência da corte de D. João VI para o Rio de Janeiro.

jornais, na seção *Ao correr da pena*, abordavam questões políticas, sociais, artísticas e literárias, assim como acontecimentos do dia. José de Alencar, que substituiu Francisco Otaviano de Almeida Rosa no folhetim do *Correio Mercantil*, “imprimiu à crônica a mais alta categoria intelectual”, segundo Coutinho (1994, p. 124). Alencar, de acordo com Lopez (1992, p. 166), comparecia todas as semanas à seção e “seus textos foram, gradativamente, tornando-se comentário descompromissado, pessoal”.

Nesse ínterim, Machado de Assis, autor de grande importância para a propagação do gênero e, sobretudo, para a sua definição que se tem hoje, explícita, em crônica de 30 de outubro de 1859, que o folhetinista teve sua origem na França⁵ e, de lá, se acomodou “às conveniências das atmosferas locais”. (ASSIS, 2013, p. 44). Nas palavras do próprio Machado de Assis (2013, p. 44-45),

[...] o folhetim nasceu do jornal, o folhetinista por consequência do jornalista. Esta íntima afinidade é que desenha as saliências fisionômicas na moderna criação.

O folhetinista é a fusão admirável do útil e do fútil, o parto curioso e singular do sério, consorciado com o frívolo. Estes dois elementos, arredados como polos, heterogêneos como água e fogo, casam-se perfeitamente na organização do novo animal.

Efeito estranho é este assim produzido pela afinidade assinalada entre o jornalista e o folhetinista. Daquele cai sobre este a luz séria e vigorosa, a reflexão calma, a observação profunda. Pelo que toca ao devaneio, à leviandade, está tudo encarnado no folhetinista mesmo; é capital próprio.

João do Rio – pseudônimo de Paulo Barreto e antecessor de todos os cronistas – foi um dos grandes autores da época do folhetim. Segundo Sá (2008, p. 9), João do Rio se consagrou “como o cronista mundano por excelência, dando à crônica uma roupagem mais ‘literária’”. Isso porque o referido cronista, como destaca Sá (2008, p. 8),

[...] ia ao local dos fatos para melhor investigar e assim dar mais vida ao seu próprio texto: subindo morros, frequentando lugares refinados e também a fina flor da malandragem carioca, João do Rio [...] construiu uma nova sintaxe, impondo a seus contemporâneos uma outra maneira de vivenciar a profissão jornalista.

⁵ Simões (2009), no que se refere ao tema, salienta que o estilo dos incipientes jornais brasileiros era calcado na imprensa europeia, visto que a influência norte-americana só viria a interferir na imprensa brasileira em meados do século XX. Até então, segundo o referido autor, o modelo a ser seguido era a França.

Com isso, João do Rio, “em vez do simples registro formal, o *comentário* de acontecimentos que tanto poderiam ser do conhecimento público como apenas do imaginário do cronista” (SÁ, 2008, p. 9, grifo do autor), examinava esses fatos “pelo ângulo subjetivo da interpretação, ou melhor, pelo ângulo da recriação do real”. (SÁ, 2008, p. 9).

Aos poucos, o folhetim foi diminuindo de tamanho e ganhando tom ligeiro. Segundo Candido (1992, p. 15), ao longo de seu percurso, ele foi deixando para trás “a intenção de informar e comentar (deixada a outros tipos de jornalismo), para ficar sobretudo com a de divertir”. A linguagem, dessa forma, “se tornou mais leve, mais descomplicada e (fato decisivo) se afastou da lógica argumentativa ou da crítica política, para penetrar poesia adentro”. (CANDIDO, 1992, p. 15). Foi assim, invadindo os jornais do século XIX e assumindo novas características, que a crônica engendrou sua definição moderna: uma escrita sucinta, direta e de temática simples⁶.

Candido (1992, p. 17) acredita que foi na década de 1930 que a crônica moderna se consolidou no Brasil, “como gênero bem nosso, cultivado por um número crescente de escritores e jornalistas, com os seus rotineiros e os seus mestres”. Nessa época, afirmaram-se autores como Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, além de Rubem Braga, cronista voltado exclusivamente para esse gênero, em que atuou como repórter durante 10 anos.

Para Arrigucci (1987, p. 55), Rubem Braga foi quem deu o maior grau de autonomia ao gênero. Segundo o referido autor,

[Braga] forjou [...] uma forma literária única, feita com a mescla de elementos variados, vindos [...] da antiga tradição do narrador oral [...] e da bagagem do cronista moderno, associado à imprensa.

Já por volta de década de 40 e 50, surgiram autores como Fernando Sabino e Paulo Mendes Campos. Fernando Sabino, cumpre destacar, apresenta uma característica muito particular: segundo Sá (2008, p. 23), ele “abandona o diálogo direto com o leitor, desviando o foco narrativo da primeira para uma falsa terceira pessoa”. Paulo Mendes Campos, por sua vez, rompeu conceitualizações e trouxe, em suas crônicas, suporte poético. Considerado um cronista-poeta, o autor, segundo

⁶ A respeito do assunto, Coutinho (1994, p. 123) faz uma importante observação: segundo ele, “o jornal brotou e cresceu no Brasil sob a atmosfera do Romantismo, o que contribuiu para que o acento lírico tivesse predominado sobre a crônica desde as suas primeiras manifestações”.

Sá (2008), fazia uma espécie de prosa poética sobre temas do cotidiano, conferindo à sua escrita enorme delicadeza e singularidade.

De acordo com Candido (1992), todos os escritores acima citados compartilham a mesma característica: deixam de comentar de forma expositiva e se aproximam de uma conversa aparentemente fiada, “como se a crônica pusesse de lado qualquer seriedade dos problemas” (CANDIDO, 1992, p. 17), tratando-os, assim, com leveza e despreocupação. No entanto, é de extrema importância ressaltar que esses cronistas não deixaram de entrar “fundo no significado dos atos e sentimentos do homem” (CANDIDO, 1992, p. 18), levando longe, portanto, a crítica social. Por essa razão, salienta-se que a crônica pode falar sobre coisas das mais sérias por meio de uma aparente conversa fiada. Vinicius de Moraes (2010, p. 15) retrata bem esse espírito em *Exercício da crônica*, em que diz:

Escrever prosa é uma arte ingrata. Eu digo prosa fiada, como faz um cronista; não a prosa de um ficcionista, na qual este é levado meio a tapas pelas personagens e situações que, azar dele, criou porque quis. Com um prosador do cotidiano, a coisa fia mais fino. Senta-se ele diante de sua máquina, acende um cigarro, olha através da janela e busca fundo em sua imaginação um fato qualquer, de preferência colhido no noticiário matutino, ou da véspera, em que, com as suas artimanhas peculiares, possa injetar um sangue novo. Se nada houver, resta-lhe o recurso de olhar em torno e esperar que, através de um processo associativo, surja-lhe de repente a crônica, provinda dos fatos e feitos de sua vida emocionalmente despertados pela concentração. Ou então, em última instância, recorrer ao assunto da falta de assunto, já bastante gasto, mas do qual, no ato de escrever, pode surgir o inesperado.

Nos dias de hoje, em jornais brasileiros como *Zero Hora* e *Folha de S. Paulo*, a crônica “recebe página fixa e nobre”, conforme destaca Lopez (1992, p. 166). São várias crônicas publicadas diariamente cujo enfoque é a política, a economia e o social, além daquelas que tratam de esportes e as de final de semana que são editadas em cadernos especiais⁷.

Com o trajeto histórico aqui apresentado em mente, reitera-se que foi no momento em que “a crônica reduziu suas pretensões e fugiu da linguagem pomposa, passando a tomar ares de conversa fiada” (SIMÕES, 2009, p. 54), que o gênero se consolidou definitivamente no Brasil, uma vez que, nas palavras de

⁷ Silva (1991), em *O adiamento da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*, destaca que essas crônicas privilegiam a subjetividade e faz uma interessante observação no que diz respeito a essa característica. Segundo ele, a partir dos anos 50, com a modernização da imprensa brasileira e a forte influência do padrão norte-americano, a subjetividade tendeu a ser banida do texto jornalístico, que passou a buscar um texto informativo, direto e não opinativo.

Candido (1992, p. 14), “em lugar de oferecer um cenário excelso, numa revoada de adjetivos e períodos candentes, pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas”.

Espera-se, com este rápido percurso, ter incitado reflexões a respeito desse gênero tão rico que é a crônica. Na próxima seção, são apresentadas considerações a respeito da sua natureza híbrida.

1.2 Crônica: uma organização híbrida

O título desta seção teve como inspiração citações como a de Lopez (1992, p. 167), segundo a qual “a crônica pára no meio do caminho entre a literatura e o jornalismo, é um gênero híbrido”. Gledson (1990, p. 12), na Introdução ao livro *Bons dias!*, de Machado de Assis, também reconhece que “as crônicas não são puro jornalismo e reportagem”, e sim “um misto híbrido de jornalismo e literatura”. Artur da Távola (1980, p. 114), por sua vez, em *Há duas mil e tantas crônicas*, destaca que tal gênero é tido como literatura jornalística, “uma pausa de subjetividade, ao lado da objetividade da informação. [...] Um momento de respiração no corre-corre e no espreme-espreme de dar mais notícias no menor espaço possível”.

Citações como essas levantam um questionamento que gera bastante controvérsia, pois diz respeito a duas esferas distintas: o jornalismo e a literatura. Cony (2002), em um de seus textos, intitulado *A crônica como gênero do jornalismo e da literatura*, destaca que o jornal, dado seu caráter efêmero, pode ser considerado o oposto da literatura, que busca, em sua essência, ser atemporal, sem vínculo com a data. Com isso, o referido autor conclui que não existe jornalismo literário, há jornalismo e há literatura. Basicamente, o que Cony busca mostrar em seu texto é que o jornal, comprometido que é com a notícia, abriu espaço para a comercialização, que o sustenta industrialmente. Daí surgiram as colunas e gêneros como a crônica, que, segundo o referido autor, são a expressão mais visível do jornalismo dito literário.

Com o intuito de explicitar as particularidades que fazem com que a crônica seja considerada, por muitos, um gênero híbrido, cumpre recuperar citações como a de Arrigucci (1987, p. 53), segundo o qual “para que se possa compreendê-la adequadamente, em seu modo de ser e significação, deve ser pensada, sem dúvida, em relação com a imprensa, a que esteve sempre vinculada sua produção”. Como

bem destaca Sá (2008, p. 10), o jornal “[...] nasce, envelhece e morre a cada 24 horas”. Nesse contexto, a crônica também assume essa transitoriedade, “[...] dirigindo-se a leitores apressados, que leem nos pequenos intervalos da luta diária”. (SÁ, 2008, p. 10). Sua elaboração se prende, pois, a essa urgência, uma vez que “à pressa de escrever, junta-se a de viver. Os acontecimentos são extremamente rápidos, e o cronista precisa de um ritmo ágil para poder acompanhá-los”. (SÁ, 2008, p. 10). Por isso, cumpre destacar, a linguagem da crônica é, por vezes, mais solta e próxima de uma conversa entre amigos do que propriamente do texto escrito.

Além disso, é importante não deixar de salientar que, dada as limitações impostas pelo veículo de comunicação utilizado, a produção de uma crônica jornalística depende de condições de tempo e espaço previamente determinados. O cronista tem um horário para entregar a crônica à publicação, além de ter de adequar seu texto ao espaço da página do jornal, respeitando a diagramação estabelecida. Candido (1992, p. 14, grifo nosso), no que se refere ao tema, faz uma boa observação:

por se abrigar neste veículo transitório, o seu intuito não é o dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples *rés-do-chão*.

Nesse sentido, é importante ressaltar que a leitura de uma crônica – assim como de qualquer gênero – pressupõe um pacto entre autor e leitor. Dessa forma, o cronista, como destaca Becker (2013), submete-se a duas instâncias: ao meio de publicação – o jornal – e também ao leitor. Isso o auxilia na composição do gênero. Segundo Távola (1980, p. 66), a crônica “[...] é a forma de expressão do jornalista/escritor para transmitir ao leitor seu juízo sobre fatos, idéias e estados psicológicos pessoais e coletivos”.

Dessa forma, reitera-se que o cronista não se compara ao ficcionista, que cria fatos, lugares, datas, personagens, etc. O cronista parte de algum fato corriqueiro, um acontecimento qualquer do dia a dia e, a partir desse fato, injeta “sangue novo no relato” (SÁ, 2008, p. 15), ultrapassando os limites do real e alcançando “uma dimensão mais profunda: a essência mesma daquilo que o sujeito busca ao recriar um objeto”. (SÁ, 2008, p. 15). Sá (2008, p. 56) acrescenta que

[...] a função da crônica é aprofundar a notícia e deflagrar uma profunda visão das relações entre o fato e as pessoas, entre cada um de nós e o mundo em que vivemos e morremos, tornando a existência mais gratificante.

É assim que ela une, de forma eficaz, o jornalismo e a criação literária. (LOPEZ, 1992). Nas palavras de Coutinho (1994, p. 134),

[...] a crônica será tanto mais literária quanto mais fugir às exigências do espírito de reportagem, atingindo o melhor de sua realização formal quando consegue fundir os supostos contrários – a literatura e o jornalismo – com um teor autônomo pela força da personalidade do escritor refletida em seu estilo e em suas ideias.

Portanto, depreende-se que o cronista, como bem salienta Sá (2008, p. 45), “não se limita a descrever o objeto que tem diante de si, mas o examina, penetra-o e o recria, buscando sua essência” (SÁ, 2008, p. 48), combinando, assim, o jornalismo com a literatura.

Antes de encerrar, cumpre destacar que não nos concentramos aqui em esgotar as classificações do gênero crônica, uma vez que, de acordo com fundamentos da ANL/TBS, o sentido é argumentativo por natureza, independente do gênero do discurso. Buscamos, sim, esclarecer as particularidades que fazem com que a crônica seja considerada um gênero entre o jornalismo e a literatura. Na sequência, apresentam-se os fundamentos filosóficos e linguísticos que estão na base deste estudo.

2 PLATÃO E SAUSSURE: BASES EPISTEMOLÓGICAS DA TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

Não há, na língua, nem *signos* nem *significações*, mas DIFERENÇAS de signos e DIFERENÇAS de significações; as quais 1º só existem, absolutamente, umas através das outras (nos dois sentidos) sendo, portanto, inseparáveis e solidárias; mas 2º não chegam jamais a se corresponder diretamente. De onde se pode, imediatamente, concluir: que tudo [...] é NEGATIVO na língua. (SAUSSURE, 2006, p. 65, grifo do autor).

Com o intuito de retomar as raízes epistemológicas que fundamentaram a ANL/TBS, toma-se, como ponto de partida para este capítulo, a citação de Saussure (2006), presente na epígrafe acima, que chama a atenção para um importante conceito, presente, de uma forma ou de outra, tanto nos pressupostos do mestre, como também em Platão: o de valor.

Em vista disso, na seção logo abaixo, destinada à herança platoniana, explicitam-se noções como a de *alteridade*. Em seguida, na seção destinada à herança saussuriana aos estudos linguísticos, apresentam-se noções como *língua*, *fala*, *sistema*, *signo linguístico*, *significado* e *significante*, *valor linguístico*, assim como *sincronia* e *diacronia*, *relações sintagmáticas* e *relações associativas*.

2.1 Alteridade de Platão

Antes de adentrarmos nos pressupostos platonianos pertinentes ao nosso estudo, cumpre destacar que a semântica linguística proposta por Oswald Ducrot funda o sentido sobre a noção de alteridade. No prefácio à obra de Carlos Vogt, *O intervalo semântico*, Ducrot (2009, p. 11) ressalta que “para reencontrar na sua essência o platonismo saussuriano, é preciso reconhecer na linguagem uma função mais fundamental”. O linguista se refere ao papel da intersubjetividade na língua, ou melhor, o Outro de Platão, que é explicitado a seguir.

Para compreender os fundamentos de Platão (427-347 a. C.) no que se refere ao conceito de alteridade, é fundamental remontar às suas influências, em especial aos pressupostos do filósofo e poeta Parmênides de Eleia, na Grécia do século IV a. C. Para o referido filósofo, o conhecimento da “realidade” poderia se dar através do “pensamento” ou através dos “sentidos”. O “conhecimento efetivo” da realidade só poderia ser captado pelo “pensamento”, isto é, pela inteligência. Para Santos (2012), um exemplo disso pode ser retratado pela expressão “2+2”, que representa a

mesma quantidade de “4”. Essa compreensão constitui um caso de “conhecimento efetivo”, que não pode ser percebido pelos sentidos. Trata-se, pois, de um conhecimento universal e, portanto, incontestável em qualquer situação⁸.

Com base nisso, Santos (2012) salienta que a distinção entre esses dois modos de captar a realidade permitiu a Parmênides demonstrar que somente o pensamento proporcionaria uma visão consistente da realidade, uma realidade sempre fixa e imutável. Parmênides postulava, nesse sentido, que o ser era uma “entidade absoluta (simples ou múltipla), total, cuja negação é inconcebível”⁹. (CORDERO, 1993, p. 22, tradução nossa). Sob essa ótica, o *não-ser* não teria existência, tampouco seria possível falar sobre ele, visto que, como bem diz Cordero (1993), falar de uma coisa que *não é* é o mesmo que dizer nada. Transpondo esse raciocínio para a noção de “verdade”, tomando-a como um *ser*, a “não-verdade” – a falsidade – não poderia ser dita, sob pena de cair em contradição aquele que a proferisse.

Isso levou Platão a questionar a essência positiva e imutável do *ser*. O filósofo, então, se aventurou a investigar a constituição da “realidade”. Nesse viés, cumpre salientar que a busca da verdade e da essência dos seres era o mote dos filósofos clássicos, desde antes de Sócrates até depois de Aristóteles. No entanto, em concorrência aos filósofos, progredia uma outra classe: a dos sofistas.

Contratados para exercerem a retórica e criticados por visarem somente ao lucro, os sofistas, segundo Meyer (2007), não constituíam um saber real, visto que lhes interessava mais o que era verossímil do que o que era verdadeiro. Segundo o referido autor, “o sofista é a antítese do filósofo, assim como a retórica é o contrário do pensamento justo”. (MEYER, 2007, p. 19).

Platão, um dos grandes críticos dos sofistas, dizia que a retórica sofística não era racional, uma vez que se apoiava nas paixões, ou sentimentos, para a construção dos discursos. A resistência de Platão encontrava-se, pois, na possibilidade de o sofista tornar verdadeiro aquilo que, em realidade, era aparente.

Contrário que era aos sofistas e disposto a contestar a descrição positiva e imutável do *ser*, que impedia o *não-ser*, Platão propõe sua Teoria das Ideias, que

⁸ Conforme salienta Santos (2012), o mesmo não acontece com um enunciado como *Está chovendo*, visto que os motivos que levam alguém a considerar que está chovendo podem não serem aceitos por outra pessoa. Ora, sabe-se que, em algum momento e/ou em algum lugar do mundo, está chovendo, enquanto em outros não está.

⁹ [...] entité absolue (simple ou multiple), totale, dont la négation est inconcevable. (CORDERO, 1993, p. 22).

postula a existência de dois níveis de realidade: o mundo sensível e o mundo inteligível. O mundo sensível, conforme destacam Brisson e Pradeau (2010), diz respeito ao que podemos apreender pelos sentidos, isto é, o mundo material. Já o mundo inteligível se refere ao que podemos apreender pelo raciocínio. Trata-se, pois, do mundo mental, do qual suas Formas – ou melhor, suas Ideias – são a origem e o modelo das coisas sensíveis.

Em uma analogia, tomando o filósofo como sendo diferente do sofista, o filósofo seria o *ser* e o sofista o *não-ser*, visto que aquilo que o filósofo é, o sofista *não é*. Esse exemplo, válido no mundo inteligível, mas contestado no mundo sensível, põe em relevo um grande dilema. Como bem destaca Freitas (2016, p. 21, grifo da autora), “se, no mundo das ideias [mundo inteligível], o filósofo é e o sofista *não é*, mas no mundo sensível encontramos ambos, então o *não-ser* tem existência; o *não-ser*, de algum modo, é”. Esse dilema é problematizado, mais a fundo, por Platão no diálogo *Sofista*, que será explicitado a seguir.

O tema central do referido diálogo, segundo Paviani (1997, p. 938), “consiste na tentativa de dizer, positivamente, quem é o sofista para, negativamente, caracterizar o filósofo”. Muito mais do que isso, pode-se dizer que o diálogo investiga as relações entre o *ser* e o *não-ser*, entre a verdade e a falsidade. Com a busca de uma definição da atividade sofística, os personagens Teodoro, Sócrates, Teeteto e um Estrangeiro de Eleia se deparam com a necessidade de “uma reflexão sobre as aparências, sobre o estatuto dos fenômenos, sobre a verdadeira realidade das coisas, isto é, sobre o ser”¹⁰. (CORDERO, 1993, p. 21, tradução nossa).

O dilema anteriormente explicitado tem solução na medida em que o personagem Estrangeiro nomeia e define cinco categorias fundamentais da realidade: o Ser, o Movimento, o Repouso, o Mesmo e, por fim, o Outro. Atrelado a essas categorias, o Estrangeiro propõe uma nova concepção de *ser*, um *ser* que mistura as realidades (sensível e inteligível), um *ser* não mais uno, positivo e isolado em si mesmo, mas uma *potência* que leva as realidades a se misturarem – realidades não mais positivas, mas essencialmente negativas.

Assim, dentre as cinco categorias propostas pelo Estrangeiro, o Outro ganha significativo destaque, dada sua “natureza absolutamente singular, que o distingue radicalmente dos anteriores, e que faz dele, por assim dizer, o gênero dos gêneros e

¹⁰ [...] une réflexion sur les apparences, sur le statut des phénomènes, sur la véritable réalité des choses, c'est-à-dire, sur l'être. (CORDERO, 1993, p. 21).

o fundamento de todos os outros” (DUCROT, 2009, p. 10), uma vez que, nas palavras do personagem Estrangeiro,

[...] diremos [...] que ela se estende através de todas as demais. Cada uma delas, com efeito, é outra além do resto, não em virtude de sua própria natureza, mas pelo fato de que ela participa da forma do 'outro'. (PLATÃO, 1991, p. 187).

Platão, como bem salienta Ducrot (1987, p. 67, grifo nosso), “mostra que o Outro tem um estatuto particular, pois não se situa ao lado das categorias precedentes, mas *nelas*”. Se o movimento é diferente do repouso, demonstra Ducrot (2009, p. 11), no referido prefácio que escreveu para *O intervalo semântico*,

[...] não é porque o movimento possui em si mesmo determinada característica isoladamente. [...]. O movimento é o que ele é pelo fato de que é outro, diferente das outras categorias.

Esse princípio, cumpre dar o devido destaque, leva ao cerne do conceito de alteridade, uma vez que prevê que a essência de um objeto qualquer é determinada (a) por ser o mesmo que ele próprio e (b) ser diferente do outro. Dito com outras palavras, o objeto é definido pela sua identidade e pelas suas diferenças. Com isso, a concepção de Parmênides é superada e torna-se possível conceber o *não-ser*¹¹ em equilíbrio com o *ser*.

Ademais, com a descoberta do *não-ser*, Platão, nas palavras de Cordero (1993, p. 61-62, tradução nossa), desenvolve uma teoria enunciativa, que seria

[...] uma aplicação, ao domínio da linguagem de sua nova concepção do ser como potência de comunicação ou de ligação, da relação entre as Formas e do não-ser como alteridade¹².

Saussure, muitos anos mais tarde, como veremos na seção seguinte, irá destacar que

¹¹ Cumpre enfatizar que o *não* presente antes de *ser* não se refere à negação, e sim à diferença, uma vez que, nas palavras do Estrangeiro, “[...] quando uma parte da natureza do outro e uma parte da natureza do ser se opõem mutuamente, esta oposição não é, se assim podemos dizer, menos ser que o próprio ser; pois não é o contrário do ser o que ela exprime; e sim, simplesmente, algo dele diferente”. (PLATÃO, 1991, p. 191).

¹² [...] une application au domaine du langage de sa nouvelle conception de l'être comme puissance de communication ou de liaison, du rapport entre les Formes, et du non-être comme altérité. (CORDERO, 1993, p. 61-62).

Assim como, no jogo de xadrez, seria absurdo perguntar o que seria uma dama, um peão, um bispo ou um cavalo, considerados fora do jogo de xadrez, assim também não tem sentido, quando se considera verdadeiramente a língua, buscar o que é cada elemento por si mesmo. Ele não é além de uma peça que vale por oposição às outras, segundo certas convenções. (SAUSSURE, 2002, p. 63).

Ducrot (1987, p. 67), nessa mesma linha de pensamento, salienta que “um objeto só pode ser descrito em relação a outros objetos e que não há, se tomarmos as palavras ao pé da letra, nenhum sentido em visualizá-lo ‘em si mesmo’”. Dessa forma, começam a delinear-se as aproximações teóricas existentes entre Platão, Saussure e Ducrot, e, sobretudo, a esclarecer como este último buscou os fundamentos dos outros dois para a constituição de uma semântica argumentativa. A seção seguinte, a qual se destina a explicitar as contribuições de Saussure aos estudos da linguagem, aborda, dentre outros conceitos, o de valor linguístico. Busca-se, em especial, nas próximas páginas, demonstrar como “a oposição, para Saussure, é constitutiva do signo da mesma forma que a alteridade é, para Platão, constitutiva das ideias”. (DUCROT, 2009, p. 11).

Para encerrar, é importante ressaltar que não foi, evidentemente, nosso propósito esgotar os temas tratados por Platão no diálogo *Sofista*, mas somente voltar a atenção para os aspectos mais diretamente relacionados com a questão da alteridade, a fim de explicitar sua influência no desenvolvimento do conceito saussuriano de valor e, por consequência, no desdobramento da ANL/TBS. Passa-se, a seguir, aos pressupostos linguísticos de Ferdinand de Saussure.

2.2 A Linguística Saussuriana

Ferdinand de Saussure, considerado o responsável pela introdução do estruturalismo¹³ nos estudos da linguagem, ministrou, na Universidade de Genebra, de 1907 a 1911, três cursos sobre Linguística em que eram apresentados conceitos que fundavam uma nova teoria e que se distinguiam dos princípios da Gramática Comparada, a qual era estudada na época. Conforme resalta Barbisan (2004), essas aulas deram origem ao *Curso de Linguística Geral* (CLG), livro publicado em

¹³ Cumpre ressaltar que, embora Saussure não tenha empregado, em toda a sua obra, o termo “estrutura”, opta-se por utilizá-lo, neste estudo, visto que o termo é usado por muitos de seus leitores, inclusive pelo próprio Oswald Ducrot, para se referir ao legado do mestre suíço.

1916, três anos após a sua morte precoce, por Charles Bally e Albert Sechehaye, e com a colaboração de Albert Riedlinger.

A obra assim produzida teve grande repercussão e influência no desenvolvimento da linguística do século XX. Portanto, consideramos, para este estudo, o CLG como o elemento primordial na discussão dos conceitos saussurianos, uma vez que a obra traz noções e reflexões sobre as quais Saussure se deteve por muitos anos de sua vida, reflexões que, mesmo depois de 100 anos, ainda podem ser consideradas atuais. Além disso, vale destacar, segundo Nóbrega (2012), que, além de ter influenciado toda uma geração que viu nas suas noções a base para um movimento estruturalista, mais do que isso, a obra deu a Saussure o reconhecimento como fundador da ciência linguística moderna.

Feitas as primeiras considerações, iniciamos a explicitação dos princípios de Saussure com uma noção que está presente em toda a sua herança: a noção de sistema. Uma rápida olhada em alguns trechos do CLG permite ver que Saussure (2006) insiste na ideia de que o signo sozinho não existe, ele só existe dentro do sistema, quando em relação com outros signos. Segundo o mestre, os valores são “definidos não positivamente por seu conteúdo, mas negativamente por suas relações com os outros termos do sistema. Sua característica mais exata é ser o que os outros não são”. (SAUSSURE, 2006, p. 136). Em outras palavras, os valores são puramente diferenciais. É dessa forma que, segundo Ducrot (2009, p. 11), o CLG, no capítulo sobre o valor linguístico, “não faz senão aplicar às palavras da língua o que Platão disse sobre as ideias”¹⁴.

A partir da compreensão de que não há identidade possível para o signo fora do sistema, surge uma questão fundamental no pensamento saussuriano, envolvendo linguagem, língua e fala: qual seria o objeto, ao mesmo tempo integral e concreto da linguística? Embora Saussure não responda diretamente a esta questão, ele esclarece as dificuldades encontradas para abordar o tema. Primeiramente, ressalta que o objeto da linguística não é dado previamente como nas outras ciências, que trabalham com objetos dados *a priori*, estudados a partir de vários pontos de vista. Na linguística, pelo contrário, o objeto é resultado de um ponto de vista ou, nas palavras do próprio autor, “bem longe de dizer que o objeto

¹⁴ Ducrot (2009), no já referido prefácio à obra de Carlos Vogt, ressalta que a leitura do capítulo sobre o valor linguístico, presente no CLG, foi o que o levou a perceber a presença de Platão na concepção saussuriana de valor.

precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”. (SAUSSURE, 2006, p. 15).

A segunda dificuldade refere-se ao fato de que “o fenômeno linguístico apresenta perpetuamente duas faces que se correspondem e das quais uma não vale senão pela outra”. (SAUSSURE, 2006, p. 15). Nesse sentido, o objeto da linguística contém sempre dois elementos distintos, mas que, juntos, existem em um mesmo fenômeno. Com isso, o mestre chega à conclusão de que seja qual for o lado que se aborde a questão, nenhuma parte oferece o objeto da linguística em sua totalidade, uma vez que sempre encontraremos o dilema: se nos dedicarmos a um lado apenas do problema, nos arriscamos a não perceber as suas dualidades, isto é, a não o compreender como um todo e, se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da linguística parecerá um amontoado de coisas bem diferentes, sem ligação entre si.

A partir disso, para encontrar um caminho mais seguro para a linguística, Saussure propõe uma solução para essas dificuldades. Segundo ele, “é necessário colocar-se primeiramente no terreno da língua e tomá-la como norma de todas as outras manifestações da linguagem”. (SAUSSURE, 2006, p. 16, grifo nosso). Dessa forma, o referido autor propõe a língua como objeto de estudos da linguística, sugere, pois, tomá-la como uma das manifestações da linguagem. Eis aí uma decisão teórica importantíssima para o mestre.

Além de diferenciar linguagem e língua, Saussure também demonstra uma forte preocupação em distinguir a língua (*langue*) da fala (*parole*). Língua, na sua concepção, refere-se ao lado social da linguagem, diz respeito a um sistema abstrato, ou melhor, a um conjunto de convenções linguísticas adotadas pelo compartilhamento de uma comunidade. Nas suas próprias palavras, ela é um “tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro”. (SAUSSURE, 2006, p. 21).

Já no que se refere à fala, Saussure salienta que ela é sempre um ato individual, no qual convém distinguir as combinações pelas quais o falante realiza o código da língua no propósito de exprimir seu pensamento pessoal e o mecanismo psicofísico que lhe permite exteriorizar essas combinações. Em outras palavras, ela é vista como a realização das regras da língua.

A partir disso, Saussure realiza um corte epistemológico, a fim de estudar a língua (social), e não a fala (individual). Cabe destacar, no entanto, que esse corte não significa que o mestre tenha atribuído à fala um caráter menor do que à língua, tampouco que tenha ignorado aquilo que é particular de cada indivíduo. Ora, Saussure deixa claro, na *Nota sobre o discurso*, presente em *Escritos de Linguística Geral*¹⁵ (ELG), que “a língua só é criada em vista do discurso”. (SAUSSURE, 2002, p. 237). Trata-se, pois, de um corte metodológico feito para estudar a língua em sua abstração e, assim, extrair regularidades.

Além de explicitar conceitos como linguagem, língua e fala, Saussure também faz considerações a respeito da geografia linguística e sobre o tempo. Como bem afirma Nóbrega (2012, p. 131), segundo o pensamento do mestre,

[...] quem quiser estudar o objeto língua não poderá mais renunciar aos desafios da diversidade geográfica, aos desafios das mudanças a que ela está sujeita por estar submetida ao tempo.

A partir disso, Saussure (2006) faz uma crítica aos estudos comparatistas da época e traça uma distinção entre fatos sincrônicos e fatos diacrônicos. No primeiro, o autor destaca que o estudo da língua se dá em um determinado período do tempo, através de um recorte, enquanto que, no segundo, estudam-se as mudanças que a língua sofreu através do tempo, de forma linear. Assim, nas últimas aulas do seu terceiro curso de linguística geral, o referido linguista ressalta que há duas maneiras de coordenar as palavras entre si: são as relações sintagmáticas e as associativas.

Saussure salienta que, no discurso, têm-se as relações sintagmáticas, que dizem respeito às relações que existem entre as palavras de uma frase, relações baseadas no caráter linear da língua, em que os signos se “alinham um após o outro na cadeia da fala”. (SAUSSURE, 2006, p. 142). Dessa forma, um “termo só adquire seu valor porque se opõe ao que o precede ou ao que o segue, ou a ambos”. (SAUSSURE, 2006, p. 142). Já fora do discurso, têm-se palavras que oferecem algo em comum, palavras que se associam na memória dos indivíduos e “fazem parte desse tesouro interior que constitui a língua de cada indivíduo”. (SAUSSURE, 2006, p. 143).

¹⁵ Edição de manuscritos descobertos, em 1996, na residência da família Saussure, e organizados por Simon Bouquet e Rudolf Engler.

O mestre destaca, ainda, que a palavra é sempre chamada a participar nos dois tipos de relações (as sintagmáticas e as associativas) e sublinha que seja qual for a relação da qual a palavra seja chamada a participar, ela é sempre membro de um sistema, isto é, solidária com as outras palavras. Esse relevo dado por Saussure constantemente ao sistema leva a outra noção fundamental: a de valor linguístico, que vale um destaque maior.

Para explicar, parte-se, aqui, do primeiro capítulo do CLG, intitulado *Natureza do signo linguístico*, em que Saussure define o signo linguístico como uma entidade psíquica de duas faces, intimamente unidas: um significado e um significante. O autor define a língua como um sistema de signos, em que cada signo é constituído de um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante).

Saussure, então, destaca que o valor linguístico de uma palavra se dá não só na relação entre o significado e o significante, mas também na relação com os outros signos do sistema, os que antecedem e os que sucedem, uma vez que “na língua só existem diferenças”. (SAUSSURE, 2006, p. 130). Se tomarmos o signo como um termo isolado do sistema, pode-se dizer que há nele um conceito (o significado) que é a contraparte da imagem acústica (o significante). Por outro lado, se tomarmos o signo dentro do sistema, pode-se perceber que os signos produzem um valor que é a contraparte dos termos coexistentes na língua. Em outras palavras, o significado (conceito) ora é a contraparte do significante (imagem acústica), ora é a contraparte dos outros signos da língua.

Cabe ainda ressaltar que o signo linguístico assim definido por Saussure possui duas características primordiais: de um lado o carácter linear do significante e de outro o princípio de arbitrariedade do signo. A respeito do primeiro, Saussure (2006, p. 110) destaca que “o significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo”. Esse princípio é evidente, pois não é possível pronunciar dois elementos ao mesmo tempo, visto que há uma linearidade entre eles. Quanto ao segundo, o referido autor salienta que “o laço que une o significante ao significado é arbitrário”, uma vez que

[...] a ideia de ‘mar’ não está ligada por relação alguma interior à sequência de sons *m-a-r* que lhe serve de significante; poderia ser representada igualmente bem por outras sequências, não importa qual. (SAUSSURE, 2006, p. 108, grifo do autor).

Como prova, segundo o referido autor, têm-se diferenças entre as línguas e a própria existência de línguas diferentes. Saussure enfatiza, portanto, que a língua não é uma mera nomenclatura das coisas do mundo, ou seja, não descreve a realidade. Nas palavras do mestre,

[...] a arbitrariedade do signo nos faz compreender melhor por que o fato social pode, por si só, criar um sistema linguístico. A coletividade é necessária para estabelecer os valores cuja única razão de ser está no uso e no consenso geral: o indivíduo, por si só, é incapaz de fixar um que seja. (SAUSSURE, 2006, p. 132).

Tendo em vista os conceitos aqui apresentados e com base na citação de Carel e Ducrot (2005, p. 11, tradução nossa), segundo os quais a ANL “[...] é uma aplicação do estruturalismo saussuriano à semântica linguística na medida em que, para Saussure, o significado de uma expressão reside nas relações”¹⁶, salienta-se a importância dos postulados de Saussure no que diz respeito a disciplinas como a semântica, que não foi contemplada em seu curso de linguística geral, no entanto, conforme ressaltam Charles Bally e Albert Sechehaye, no prefácio à primeira edição do CLG,

Não nos parece que essas lacunas prejudiquem a arquitetura geral. A ausência de uma ‘Linguística da fala’ é mais sensível. Prometida aos ouvintes do terceiro curso, esse estudo teria tido, sem dúvida, lugar de honra nos seguintes; sabe-se muito bem por que tal promessa não pode ser cumprida. (SAUSSURE, 2006, p. 4).

Dessa forma, acredita-se que, mesmo não tratando de estudos semânticos em seu curso, Saussure abriu caminho e deu todos os subsídios necessários para estudarmos uma semântica da língua. Afinal, como diz Nóbrega (2012, p. 118), em *Visitar a herança saussuriana: um convite à linguística*, trabalhar com a herança saussuriana significa “assumir, em primeiro lugar, o lugar de herdeiro que implica reconhecer em Saussure um Pai a quem recorrer como ponto de partida de discussões, como significante primeiro [...] que impulsiona outras significações”.

A revisão dos conceitos saussurianos sem dúvida não para por aqui. Será dado, pois, um ponto final meramente provisório, uma vez que não é nosso objetivo

¹⁶ [...] es una aplicación del estructuralismo saussuriano a la semántica lingüística en la medida en que, para Saussure, el significado de una expresión reside en las relaciones. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 11).

esgotar a visita, mas fornecer subsídios necessários para uma correlação entre Saussure e a ANL/TBS.

3 A TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO NA LÍNGUA

Pensar que sou este ou aquele é sempre imaginar alguém que me vê como este ou como aquele, e cujo olhar me constitui, [...] e se a língua é, antes de mais nada, o terreno onde afronto outrem, não nos surpreenderemos com o fato de a realidade linguística ser, como viu Saussure, fundamentalmente opositiva. (DUCROT, 2009, p. 11).

É, pois, em função da existência do valor linguístico abordado por Saussure e da presença do Outro (alteridade) tratada por Platão – conceitos explicitados no capítulo anterior – que a ANL define os enunciados pelas possibilidades que abre e que fecha, ou melhor, pela relação intralinguística existente entre as entidades linguísticas, o que a diferencia das demais percepções referencialistas da linguagem, que consideram o sentido como uma representação da realidade. Nas palavras de Ducrot (2009, p. 12), a realidade de cada enunciado não se encontra nele mesmo, mas fora dele, “nos outros enunciados cujo uso ele oferece ou proíbe a um eventual interlocutor”. Portanto, na perspectiva da ANL, as palavras produzem sentido somente no discurso, isto é, quando relacionadas entre si.

Com base na ideia de que a realidade linguística é fundamentalmente opositiva, explicitam-se, em um primeiro momento, conceitos básicos da ANL – tais como *frase, enunciado, texto, discurso, significação e sentido* – e, em seguida, na seção referente aos desdobramentos da TBS, apresentam-se conceitos como *encadeamento argumentativo, interdependência semântica, aspecto argumentativo, bloco semântico, motivo argumentativo, argumentação interna e argumentação externa*. Ainda neste capítulo, explicitam-se, também, os conceitos de *conexão por contiguidade e conexão por similaridade*, esmiuçados por Graeff (2012).

3.1 Conceitos básicos da ANL

A ANL, criada pelos linguistas franceses Oswald Ducrot e Jean-Claude Anscombre em 1983, com a publicação de *L'argumentation dans la langue*, postula que o sentido de um enunciado é construído na relação entre os elementos linguísticos.

Para melhor compreender este e outros dos principais pressupostos da teoria, é importante destacar que a ANL, desde a sua geração, esteve destinada a se opor à concepção tradicional de argumentação iniciada por Aristóteles na retórica

clássica. De acordo com essa perspectiva, para que contivesse uma argumentação, um discurso deveria satisfazer três condições. Primeiro, teria de conter um segmento A (argumento) e um segmento C (conclusão); segundo, A deveria indicar F (fato); e, terceiro, C deveria ser inferido a partir de F. Nessa concepção, o segmento A poderia ser verdadeiro ou falso, independentemente do segmento C, uma vez que o movimento de A para C seria determinado pela exterioridade. A língua, assim, desempenharia um papel bastante reduzido.

Ducrot (1990), em *Polifonía y argumentación*¹⁷, deixa claro que essa ideia é inadmissível, pois “[...] nossas palavras não têm sentido completo antes das conclusões que tiramos delas”¹⁸. (DUCROT, 1990, p. 73, tradução nossa). O referido autor, assim, rejeita completamente a noção de passagem de um argumento para uma conclusão, conforme prevê a concepção aristotélica, e postula que A e C são inseparáveis semanticamente, isto é, há interdependência de sentido entre eles.

O motivo que o leva a considerar insuficiente a concepção tradicional decorre do fato de haver, segundo ele, em todas as línguas, “pares de frases cujos enunciados designam o mesmo fato quando o contexto é o mesmo, no entanto as argumentações possíveis a partir dessas frases são completamente diferentes”¹⁹. (DUCROT, 1990, p. 76, tradução nossa). Para defender seu posicionamento, Ducrot (1990) utiliza as expressões *pouco* e *um pouco*. Segundo o linguista, (1) *Marta trabalhou pouco* e (2) *Marta trabalhou um pouco* têm um valor argumentativo e não um valor puramente informativo. O que o autor mostra é que os enunciados (1) e (2) designam o mesmo fato, no entanto (1) orienta para Marta não ter trabalhado o suficiente e (2) orienta para Marta ter conseguido trabalhar.

Com isso, Ducrot (1990, p. 77, tradução nossa) conclui que “[...] as possibilidades argumentativas não são determinadas apenas pelos fatos, mas a própria forma linguística impõe certas argumentações e não outras”²⁰. Em outras palavras, a argumentação está marcada na própria língua.

¹⁷ Série de conferências proferidas durante o seminário *Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso*, realizado em 1988 na Universidade del Valle, em Cali, na Colômbia, e publicadas posteriormente em forma de livro.

¹⁸ “[...] nuestras palabras no tienen sentido completo antes de las conclusiones que sacamos de ellas. (DUCROT, 1990, p. 73).

¹⁹ “[...] parejas de frases cuyos enunciados designan el mismo hecho cuando el contexto es el mismo y sin embargo las argumentaciones posibles a partir de esas frases son completamente diferentes. (DUCROT, 1990, p. 76).

²⁰ Las posibilidades argumentativas no están determinadas solamente por los hechos sino que la forma lingüística misma impone ciertas argumentaciones y no otras. (DUCROT, 1990, p. 77).

Ducrot (1990) também esclarece, em *Polifonía y argumentación*, que a ANL se opõe à concepção tradicional de sentido, segundo a qual distinguem-se, geralmente, três tipos de indicações: as objetivas, as subjetivas e as intersubjetivas²¹. Em um enunciado como (3) *Marta é boa aluna* têm-se (a) um aspecto objetivo, uma vez que descreve Marta; (b) um aspecto subjetivo, pois indica uma admiração do locutor e (c) um aspecto intersubjetivo, visto que permite ao locutor pedir ao seu interlocutor que tenha confiança em Marta ou, pelo contrário, que desconfie dela.

O referido linguista, mais uma vez, recusa-se a considerar o aspecto objetivo da linguagem, uma vez que, para ele, a língua não dá acesso direto à realidade. Defende, pois, que, se a linguagem comum a descreve, o faz por intermédio dos aspectos subjetivo e intersubjetivo, unificados no *valor argumentativo* dos enunciados, “[...] nível fundamental da descrição semântica”²². (DUCROT, 1990, p. 51, tradução nossa). De acordo com o autor,

[...] o emprego de uma palavra torna possível ou impossível certa continuação do discurso e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina²³. (DUCROT, 1990, p. 51, tradução nossa).

Dessa forma, depreende-se que o valor argumentativo de uma palavra é definido pela orientação que essa palavra dá ao discurso, o que significa que as expressões linguísticas, incluídos, aqui, também enunciados e não só palavras, trazem em si possibilidades de continuação do discurso, ao mesmo tempo que impedem outras. No exemplo explicitado logo acima – (3) *Marta é boa aluna* –, nota-se uma continuação positiva a partir do enunciado, de tal modo que, caso o locutor prossiga o discurso com (4) *não consegue resolver problemas*, terá de marcar essa mudança de orientação com conectores como *mas*, *contudo*, *porém*, etc. Desse modo, a expressão *boa aluna* permite um certo encadeamento e impede outros.

Outro exemplo pode ser explicitado pelo enunciado (5) *A praça está vazia*, que assume um sentido próprio quando articulado a uma conclusão como (6) *portanto devemos ter cuidado*. Trata-se de um lugar perigoso por ter poucas

²¹ Ducrot (1990) salienta que a concepção tradicional de sentido vê a denotação como o aspecto objetivo e a conotação como os aspectos subjetivo e intersubjetivo.

²² [...] nivel fundamental de la descripción semántica. (DUCROT, 1990, p. 51).

²³ [...] el empleo de una palabra hace posible o imposible una cierta continuación del discurso y el valor argumentativo de esa palabra es el conjunto de esas posibilidades o imposibilidades de continuación discursiva que su empleo determina. (DUCROT, 1990, p. 51).

pessoas ao redor. Por outro lado, se (5) *A praça está vazia* for articulado a (7) *portanto vamos passear*, seu sentido será outro: a praça passa a ser um local convidativo para um passeio.

Dessa forma, vê-se que uma expressão assume sentidos diversos dependendo da continuação discursiva que a ela se dá. É justamente por essa articulação semântica que, segundo a ANL, o sentido é argumentativo, pois está na língua e não no mundo exterior. Isso significa que, para a ANL, as palavras ou expressões não têm sentido em si mesmas, mas sim pela relação com outras palavras ou expressões do sistema, pela orientação que elas dão ao discurso.

Ademais, Ducrot (1990) retoma Saussure para identificar dois elementos distintos na produção de linguagem – o material linguístico empregado, pertencente ao sistema da língua, e as diversas realizações desse material, diferentes entre si em termos de pessoa, tempo e espaço. Dito de outra forma, uma face abstrata (a língua) e outra concreta (a fala). Com base nisso, o referido linguista estabelece uma importante distinção entre *frase* e *enunciado*.

De acordo com a ANL, *frase* é uma entidade teórica não observável, uma construção do linguista para explicar a infinidade de enunciados. A língua, a partir disso, é definida como um conjunto de frases. Portanto, no quadro teórico da semântica linguística, descrever uma língua significa descrever as frases que a constituem²⁴.

Já *enunciado* é a realidade empírica, uma das múltiplas realizações possíveis de uma frase, “manifestação particular, como a ocorrência *hic et nunc*”²⁵. (DUCROT, 1987, p. 164, grifo do autor). Ducrot (1990) explica melhor essa distinção quando diz que “não ouvimos, nem vemos frases. Só vemos e ouvimos enunciados”²⁶. (DUCROT, 1990, p. 53, tradução nossa).

Ducrot (1987) vai mais longe e distingue também *texto* e *discurso*. *Texto*, segundo a perspectiva da ANL, diz respeito a uma sequência de frases, ambos de natureza abstrata, já *discurso* diz respeito a uma sequência de enunciados inter-relacionados. Em outras palavras, *discurso* é a realização de um *texto*. Em vista disso, é interessante destacar que a *frase* e o *enunciado* situam-se em um nível

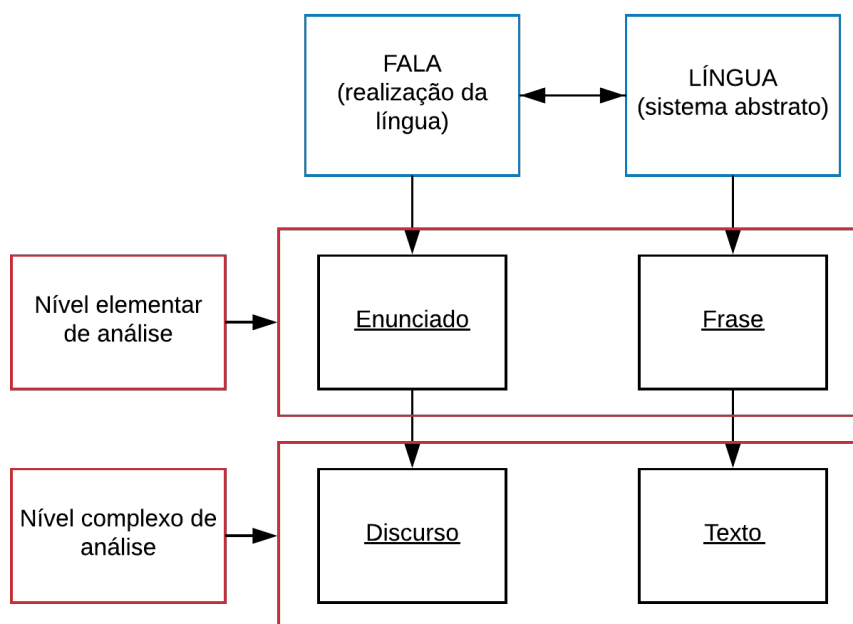
²⁴ Cumpre salientar, no entanto, que uma descrição da língua, segundo Ducrot (1990), deve ser sistemática, visto que uma descrição não sistemática consistiria em atribuir um valor semântico a uma infinidade de frases. Para o referido autor, uma descrição semântica consiste em calcular o valor semântico das frases complexas a partir do valor semântico das frases simples.

²⁵ Expressão latina que significa *aqui e agora*.

²⁶ No oímos, no vemos frases. Solamente vemos y oímos enunciados. (DUCROT, 1990, p. 53).

elementar de análise, enquanto que o *texto* e o *discurso* situam-se em um nível complexo. A figura 1 resume, de maneira bastante simples, a relação dos conceitos que precedem:

Figura 1 - Conceitos básicos da ANL



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Uma vez que *frase* e *enunciado* são de naturezas diferentes (a primeira é abstrata e a segunda é concreta), devem-se distinguir também seus valores semânticos. Dessa forma, a frase é dotada de *significação*, enquanto que o enunciado é dotado de *sentido*.

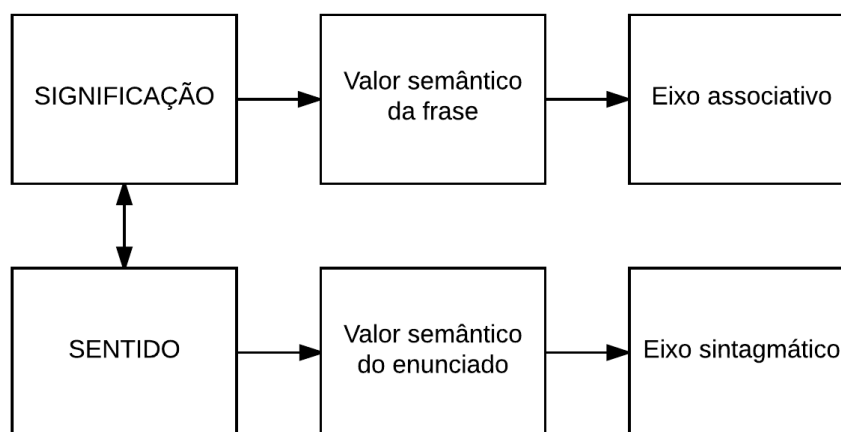
Essa distinção se deve ao fato de o *sentido* ser produzido somente a partir do uso da língua, no eixo sintagmático. A *significação*, em contrapartida, está no nível da língua, no eixo das associações. É, pois, um conjunto de instruções que direcionam a interpretação do enunciado da frase. De acordo com Ducrot (1990, p. 62, tradução nossa),

A ideia geral consiste em dizer que a *significação* indica simplesmente o trabalho que deve ser feito para compreender o enunciado. Nesse sentido

digo que a significação é aberta. O sentido do enunciado se produz quando se obedece às indicações dadas pela significação²⁷.

Reitera-se, portanto, que é na realização da língua – no seu uso – que os falantes constroem o sentido dos enunciados, a partir das instruções dadas pela significação da frase²⁸. Por isso, a argumentação está na língua, pois as próprias expressões linguísticas – palavras, enunciados, discursos – já possuem significações, indicações de sentido. A figura 2 resume o que precede:

Figura 2 - Valores semânticos da *frase* e do *enunciado*



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Com base nos conceitos até aqui mencionados, cumpre sublinhar que, de acordo com Ducrot (1987, p. 64), “[...] o objeto teórico ‘língua’ não pode ser construído sem fazer-se alusão à atividade da fala”, ou melhor, “[...] a língua (como objeto teórico) deve conter uma referência àquilo que para Saussure constitui a fala”. Dessa forma, Ducrot parte do uso da língua, da sua realização concreta, para a descrever e a explicar.

É importante também fazer considerações a respeito do caráter enunciativo da ANL. Nessa perspectiva, o sentido de um enunciado é uma descrição, uma representação de sua *enunciação*, a qual Ducrot (1987) entende como um

²⁷ La idea general consiste en decir que la significación indica simplemente el trabajo que debe hacerse para comprender el enunciado. En este sentido digo que la significación es abierta. El sentido del enunciado se produce cuando se ha obedecido a las indicaciones dadas por la significación. (DUCROT, 1990, p. 62).

²⁸ É interessante destacar que a *significação*, por estar no nível da língua, é reiterável, enquanto que o *sentido*, que está para o nível da realização da língua, é sempre único e irrepetível.

acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado em determinado tempo e espaço²⁹.

Ducrot (1987), no livro *O dizer e o dito*, desenvolve uma teoria polifônica da enunciação, segundo a qual existem, em um mesmo enunciado, vários sujeitos com *status* linguísticos diferentes. O referido autor, frente ao paradigma da unicidade do sujeito falante, percebe a presença de mais do que uma voz no universo discursivo da enunciação e, com isso, sugere um novo olhar sobre a construção do sentido. Para ele, o autor de uma enunciação não se expressa nunca diretamente, mas põe em cena, no mesmo enunciado, um certo número de personagens. É dessa forma que o sentido do enunciado é polifônico, pois nasce do confronto de diferentes sujeitos: não é mais que o resultado das diferentes vozes que aparecem no enunciado³⁰.

Ducrot (1990), agora em *Polifonía y argumentación*, destaca que a ideia de sujeito falante remete a funções muito diferentes: a de sujeito empírico (SE), a de locutor (L) e a de enunciador (E). O SE é o autor efetivo do enunciado, sujeito da vida real, e, por isso, não constitui o objeto da teoria linguística aqui estudada. O locutor, por sua vez, é o sujeito responsável pelo enunciado, um ser discursivo que lança mão das palavras da língua e as relaciona para a construção do sentido, colocando em cena outros discursos, por meio de outros sujeitos – os enunciadores. Nas palavras do próprio Ducrot (1987, p. 195), o locutor “[...] é um ser do discurso, pertencente ao sentido do enunciado, e resultante desta descrição que o enunciado dá de sua enunciação”. Já os enunciadores (E) são descritos como pontos de vista abstratos que se apresentam no enunciado. De acordo com o referido linguista (1987, p. 192) esses

[...] seres são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles ‘falam’ é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu

²⁹ Em vista disso, vale destacar a diferença entre a enunciação de Oswald Ducrot e a de Émile Benveniste. Enquanto Ducrot tem como objeto de análise o próprio enunciado, produto da enunciação, Benveniste ocupa-se da construção do enunciado, do ato de enunciar-se.

³⁰ É importante ressaltar a diferença entre a perspectiva aqui estudada e a polifonia bakhtiniana. Em *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação*, capítulo presente em *O dizer e o dito*, Ducrot (1987) explica que os objetos das duas são muito diferentes. Enquanto para Bakhtin “é necessário reconhecer que várias vozes falam simultaneamente, sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras” (1987, p. 161), para Ducrot, existe uma assimetria entre as vozes, ou seja, o locutor fala pelas vozes dos enunciadores e toma atitudes em relação e eles para a construção do sentido.

ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não no sentido material do termo, suas palavras³¹.

Ducrot (1990) salienta ainda que o sentido de um enunciado consiste em três elementos. O primeiro é a apresentação dos pontos de vista dos diferentes enunciadorees; o segundo diz respeito à indicação da posição do locutor em relação aos enunciadorees, que pode ser de identificação, aprovação ou oposição; e o terceiro elemento se refere à assimilação dessas atitudes ao próprio locutor ou a outros sujeitos.

Os conceitos da ANL até aqui apresentados são fundamentais para uma de suas fases mais recentes, a TBS, a qual será explicitada a seguir. Antes, pois, de encerrar esta seção, é importante acrescentar que, nos dias atuais, a teoria continua em um processo constante de desenvolvimento, sob o nome de Teoria Argumentativa da Polifonia (TAP), graças aos trabalhos de Marion Carel e Oswald Ducrot na EHESS de Paris.

3.2 A Teoria dos Blocos Semânticos

A TBS, criada em 1992 com a tese de doutorado de Marion Carel, intitulada *Vers une formalisation de la théorie de l'Argumentation Dans la Langue*, é, segundo Ducrot (2006), um prolongamento da ANL, na medida em que aprofunda e radicaliza a teoria criada por Jean-Claude Anscombe e ele.

Carel e Ducrot (2005, p. 13, tradução nossa), em *La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos*, afirmam que a ideia central da TBS “é que o próprio significado de uma expressão é dado pelos discursos argumentativos que podem ser encadeados a partir dessa expressão”³². Segundo os referidos autores, o sentido de uma entidade linguística é constituído

³¹ Cumpre destacar que a noção de *Enunciador* vem sendo atualmente reexaminada por Marion Carel e Oswald Ducrot. Em *Atualização da polifonia* (2010), pode-se depreender que essa noção era a única ainda considerada epistemologicamente inadequada em relação aos princípios da ANL e, em especial, aos postulados da TBS. Segundo eles, se os enunciadorees fossem vistos como *fontes* ou *origens* dos conteúdos – como a Teoria da Polifonia pressupunha até então – seria infringida a radical concepção antirreferencialista da TBS, segundo a qual os pontos de vista são constituídos unicamente por *encadeamentos argumentativos*. (DUCROT; CAREL, 2008, p. 7). Dessa forma, já que a TBS recusa integrar ao sentido elementos informativos, os referidos autores optam por não mais utilizar a noção de *Enunciador* e a substituem por *Pessoa Enunciativa*.

³² [...] es que el sentido mismo de una expresión está dado por los discursos argumentativos que pueden encadenarse a partir de esa expresión. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 13).

por “certos discursos que essa entidade evoca”³³. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 13, tradução nossa). Esses discursos são denominados *encadeamentos argumentativos*, que, constituídos por dois segmentos, X e Y, e unidos por um conector (X CONECTOR Y), são a “base de todas as construções semânticas”. (CAREL, 2013, p. 14).

A TBS reconhece dois tipos de encadeamentos: os normativos, construídos por conectores do tipo *portanto* (*donc*, em francês), e os transgressivos, construídos por conectores do tipo *no entanto* (*pourtant*, em francês)³⁴. Esses encadeamentos não são, necessariamente, marcados pelos conectores *portanto* e *no entanto*, respectivamente. Segundo os autores, existem outras palavras e expressões que indicam as mesmas relações, como, por exemplo, *se* ou *porque*, para encadeamentos normativos, e *mesmo se* e *apesar de que*, para encadeamentos transgressivos.

Os referidos autores salientam que é nesses dois tipos de relações – normativas e transgressivas – que cada um dos segmentos encadeados ganha sentido, isto é, é graças à *interdependência semântica* que um segmento mantém com o outro que surge o sentido. Observe-se o exemplo (8), explicitado por Carel e Ducrot (2005, p. 29, tradução nossa):

(8) Há um verdadeiro problema, portanto o deixemos de lado.

(*Hay un verdadero problema, por lo tanto dejémoslo de lado*)

O segmento X (*há um verdadeiro problema*) só recebe sentido pela continuação Y (*portanto o deixemos de lado*). Da mesma forma, o segmento Y só adquire sentido em relação a X. Cumpre enfatizar, no entanto, que um discurso do tipo X CON Y – como explicitado acima – não tem qualquer relação com o que, geralmente, se chama de raciocínio, inferência ou dedução. Trata-se, pois, de uma relação intralinguística, cujos segmentos de discursos são dependentes uns dos outros.

³³ [...] ciertos discursos que esa entidad lingüística evoca. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 13).

³⁴ É importante ressaltar que, enquanto nas fases anteriores à TBS considerava-se apenas o conector *donc* (portanto) – que constituía encadeamentos argumentativos normativos –, Carel (1995) também considerou a existência do conector *pourtant* (no entanto), que constitui encadeamentos argumentativos transgressivos, antes considerados uma anomalia.

É importante acrescentar também que encadeamentos normativos ou transgressivos não são, necessariamente, marcados de forma explícita por um conector, uma vez que, segundo os autores, a “[...] oposição entre transgressivo e normativo se encontra no próprio interior das palavras, inclusive naquelas que não parecem ter em absoluto essa significação”³⁵. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 14, tradução nossa). É o que demonstram os exemplos (9) e (10):

(9) Ih! Pedro está ali.

(Tiens! Pierre est là)

(10) Com certeza, Pedro está ali.

(Bien sûr, Pierre est là)

Em (9), há razões para pensar que Pedro não deveria estar ali (X NO ENTANTO Pedro está ali). Já, ao dizer (10), há razões para pensar que Pedro está ali (X PORTANTO Pedro está ali). Depreende-se que mesmo que os conectores estejam implícitos nesses discursos, pode-se chegar aos seus respectivos sentidos através da significação das próprias palavras.

Considerando-se um encadeamento argumentativo X CON Y, os autores denominam A o segmento X e B, o segmento Y e convencionam chamar A DC³⁶ B de *aspecto argumentativo*, uma vez que ele representa um conjunto de encadeamentos argumentativos normativos X DC Y. Com base nisso, Carel e Ducrot (2005, p. 20, tradução nossa) salientam que um mesmo aspecto A DC B pode conter encadeamentos como (11), (12) e (13), uma vez que, em todos os casos, o que é pertinente é A, *perto*, e B, *fácil chegar*.

(11) O hotel está perto da Universidade, portanto é fácil chegar.

(El hotel está cerca de la Universidad, por lo tanto es fácil llegar)

³⁵ [...] oposición entre transgresivo y normativo se encuentra en el interior mismo de las palabras, incluso de aquellas que no parecen tener en absoluto esta significación. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 14).

³⁶ Em consonância com a nomenclatura da teoria, de agora em diante DC será utilizado para se referir ao conector *donc* (portanto) e PT para se referir ao conector *pourtant* (no entanto).

(12) A Catedral está perto da Faculdade, portanto é fácil chegar.
(La Catedral está cerca de la Facultad, por lo tanto es fácil llegar)

(13) Meu dormitório está perto do teu, portanto é fácil chegar,
(Mi dormitorio está cerca del tuyo, por lo tanto es fácil llegar)

Da mesma forma, Carel e Ducrot (2005) ressaltam que um aspecto do tipo A PT B é constituído por um conjunto de encadeamentos argumentativos transgressivos, em que X contém A e Y contém B. Vale ressaltar que, segundo os referidos autores, “não há orações que sejam incompatíveis entre si, todas as orações são compatíveis umas com as outras, o problema é escolher o conector correto, seja PT, seja DC”³⁷. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 22, tradução nossa).

A partir da interdependência semântica estabelecida entre dois segmentos de um encadeamento argumentativo origina-se o *bloco semântico* (BS), definido pelos autores como uma entidade semântica, unitária e indecomponível. A título de exemplificação, retoma-se o discurso (8) e acrescenta-se um discurso (8’), ambos explicitados pelos referidos linguistas, com o intuito de mostrar que a interdependência semântica estabelecida entre A e B é a mesma nos dois casos. Observem-se os discursos:

(8) Há um verdadeiro problema, portanto o deixemos de lado.
(Hay un verdadero problema, por lo tanto dejémoslo de lado)

(8’) Há um verdadeiro problema, no entanto não o deixemos de lado.
(Hay un verdadero problema, sin embargo no lo dejemos de lado)

Destaca-se que, em (8) e (8’), o pertinente é A, *problema*, e B, *deixar de lado*, e que a interdependência semântica entre A e B se mantém a mesma. Portanto, o bloco semântico que esses discursos exprimem relaciona, de um lado, *dificuldade* e de outro, *postergar*.

³⁷ [...] no hay oraciones que sean incompatibles entre sí, todas las oraciones son compatibles unas con otras, el problema es elegir el conector correcto, sea SE, sea PLT. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 22).

Essa relação entre A e B permite construir oito aspectos argumentativos, organizados em dois blocos de quatro aspectos cada um. Abaixo, tem-se os dois blocos semânticos que relacionam *dificuldade/postergar* e *dificuldade/não postergar*. Confiram-se:

BS₁: dificuldade/postergar

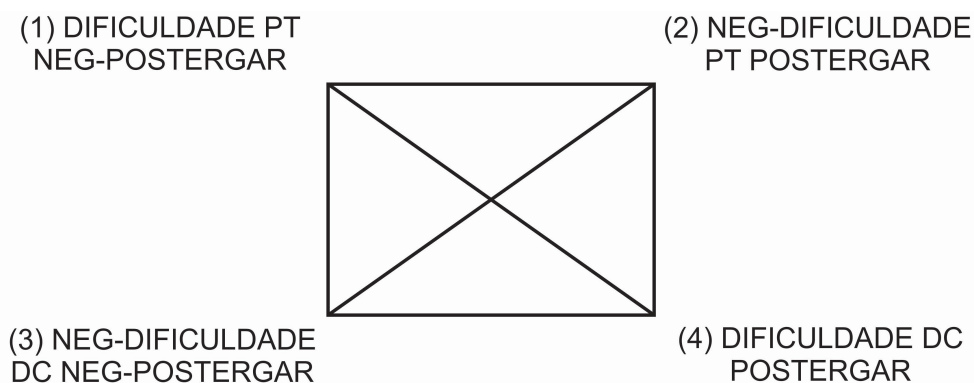
A PT NEG-B	DIFICULDADE PT NEG-POSTERGAR
NEG-A PT B	NEG-DIFICULDADE PT POSTERGAR
NEG-A DC NEG-B	NEG-DIFICULDADE DC NEG-POSTERGAR
A DC B	DIFICULDADE DC POSTERGAR

BS₂: dificuldade/não postergar

A PT B	DIFICULDADE PT POSTERGAR
NEG-A PT NEG-B	NEG-DIFICULDADE PT NEG-POSTERGAR
NEG-A DC B	NEG-DIFICULDADE DC POSTERGAR
A DC NEG-B	DIFICULDADE DC NEG-POSTERGAR

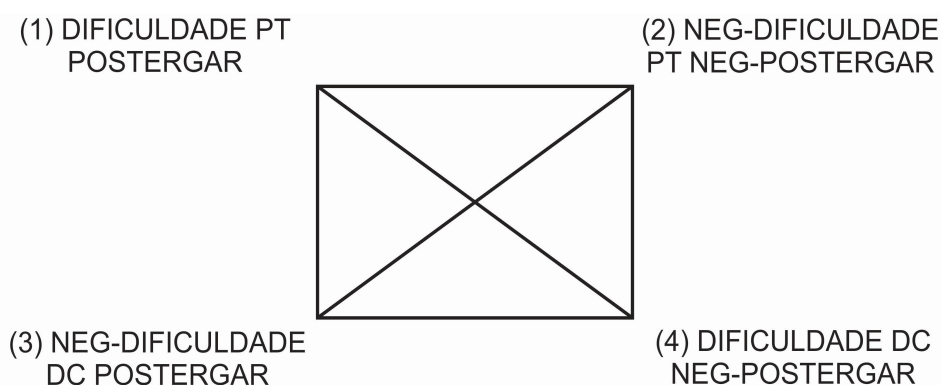
Conforme Carel e Ducrot (2005), os blocos semânticos podem ser esquematizados por meio de quadrados argumentativos, dentro dos quais se estabelecem relações semânticas diferentes entre seus quatro cantos. Confiram-se, abaixo, as figuras 3 e 4:

Figura 3 - Quadrado argumentativo do bloco semântico que relaciona *dificuldade e postergar*



Fonte: figura fundamentada em Carel e Ducrot (2005).

Figura 4 - Quadrado argumentativo do bloco semântico que relaciona *dificuldade e não postergar*

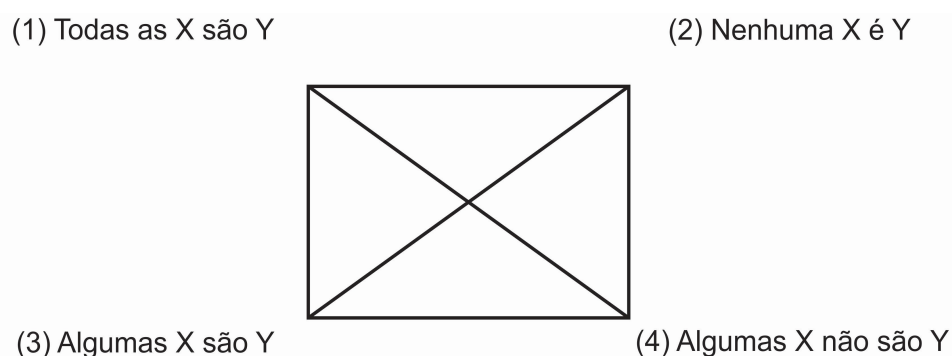


Fonte: figura fundamentada em Carel e Ducrot (2005).

Depreende-se, com base nas figuras 3 e 4, que o quadrado argumentativo formaliza o bloco semântico. Cabe enfatizar que as relações estabelecidas entre as expressões que aparecem nos quatro cantos dos quadrados apresentados não são relações lógicas, como prevê a argumentação retórica, e sim relações discursivas, de forma que a TBS se mantém fiel à proposta de Saussure, segundo a qual a língua deve ser descrita a partir dela mesma, sem a intervenção do mundo e do pensamento.

Nesse ponto, antes de realizar maiores esclarecimentos a respeito do quadrado argumentativo tratado na ANL, vale observar a figura 5:

Figura 5 - Quadrado aristotélico



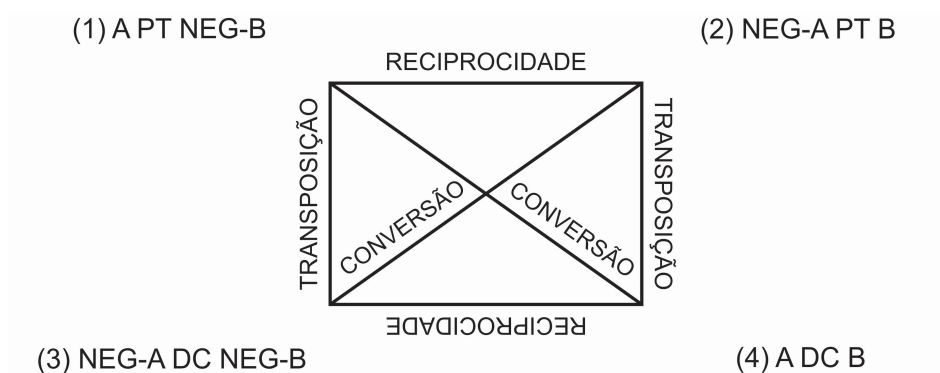
Fonte: figura fundamentada em Carel e Ducrot (2005).

Carel e Ducrot (2005) esclarecem que o quadrado aristotélico estabelece relações lógicas entre as quatro expressões acima. A relação entre (1) e (2) é de

contrariedade; entre (3) e (4) é de *subcontrariedade*; entre (1) e (2), assim como entre (3) e (4) são relações de *implicação*; e entre (1) e (4), assim como entre (2) e (3) são relações de *contradição*.

Muito diferente é a relação estabelecida no quadrado argumentativo proposto pela TBS. Observe-se a figura 6:

Figura 6 - Relações formais entre os aspectos argumentativos de um mesmo bloco semântico

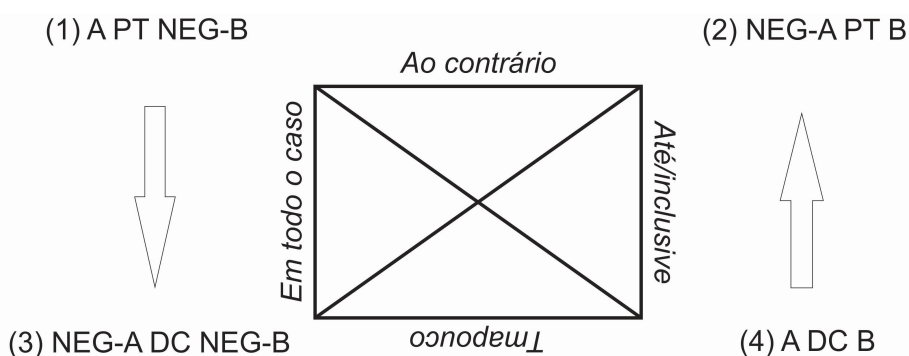


Fonte: figura fundamentada em Carel e Ducrot (2005).

A relação que se estabelece entre os aspectos transgressivos (1) e (2) e entre os aspectos normativos (3) e (4) é a mesma – de *reciprocidade* –, a qual consiste em negar o termo antecedente e o conseqüente do conector, sem modificá-lo. Já na diagonal do quadrado, tem-se a relação de *conversão*, em que o termo antecedente se mantém e troca-se o conector, como é o caso de (1) e (4), assim como (2) e (3). Por fim, se estabelece entre (1) e (3) e entre (2) e (4) uma relação de *transposição*, em que, quando na passagem de (1) a (3) e de (2) a (4), nega-se o termo antecessor, troca-se o conector e mantém-se o termo conseqüente.

Além dessas relações formais, cumpre explicitar as relações discursivas existentes no quadrado argumentativo proposto pela TBS. Confira-se a figura 7:

Figura 7 - Relações discursivas entre os aspectos argumentativos de um mesmo bloco semântico



Fonte: figura fundamentada em Carel e Ducrot (2005).

Conforme Carel e Ducrot (2005), a relação de *conversão* apresenta uma estreita relação com a negação, uma vez que, se alguém diz o que está na extremidade (1) do quadrado, pode-se contestar dizendo o que está na extremidade (4). Os referidos linguistas dão como exemplo o enunciado *Pedro é burro*, que pode ser contestado por *Não, Pedro não é burro*. Dessa forma, a noção de conversão repousa sobre a oposição entre encadeamentos transgressivos e normativos.

Há que se destacar também a relação de *reciprocidade* existente entre (1) e (2), que pode ser parafraseada por *ao contrário*. Isso significa que aquilo que se diz em (1), não só é falso, como é contrário a (2). Recuperando o exemplo acima, pode-se rebater *Pedro é burro* afirmando *Não, ao contrário, é inteligente*. Do mesmo modo, a relação entre (3) e (4) pode ser descrita, segundo Carel e Ducrot (2005), por expressões como *não vamos longe demais, tampouco exageremos*. Assim, é possível contestar *Pedro não é inteligente* dizendo *Tampouco exageremos/não vamos longe demais, tampouco é burro*.

Por fim, no que diz respeito à relação de *transposição*, encontra-se, entre (1) e (3) e também entre (2) e (4) – sentido descendente –, expressões como *em todo o caso* e *ao menos*. Já entre (3) e (1) e entre (4) e (2) – sentido ascendente – encontra-se uma relação discursiva que pode ser parafraseada por *até* ou *inclusive*. Nesse caso, entre (3) e (1), tem-se o discurso *Ele não é inteligente, e inclusive te diria que/até é burro*. Da mesma forma, entre (4) e (2), tem-se *Não é burro, e inclusive te diria que/até é inteligente*. Carel e Ducrot (2005, p. 50, tradução nossa),

salientam que “[...] essas relações se encontram em todos os quadrados argumentativo que se podem construir”³⁸.

Feitas essas considerações, apresentam-se, agora, as noções de *argumentação interna* (AI) e *argumentação externa* (AE). De acordo com Carel e Ducrot (2005), a AE de uma entidade linguística é constituída por encadeamentos argumentativos que chegam à entidade (*AE à esquerda*) ou que partem dela (*AE à direita*). Em função disso, uma de suas principais características é o fato de a própria entidade linguística formar parte dos encadeamentos externos que a descrevem. A título de exemplificação, tomam-se emprestados dois exemplos, dados pelos próprios autores:

(14) Pedro é prudente, portanto não terá acidentes.

(Pedro es prudente, por lo tanto no tendrá accidentes)

(15) Pedro é prudente, portanto estará seguro.

(Pedro es prudente, por lo tanto estará seguro)

Observe-se que, a partir da palavra *prudente* (AE à direita), é possível encontrar encadeamentos como (14) e (15). Além disso, formando a AE de *prudente*, encontram-se encadeamentos que chegam até *prudente* (AE à esquerda), como é o caso de (16).

(16) Tem medo, portanto é prudente.

(Tiene miedo, por lo tanto, es prudente)

Outra característica importante da AE diz respeito ao fato de os aspectos pertencentes a ela existirem sempre em pares. Nesse sentido, se houver, por exemplo, na AE de uma entidade o aspecto argumentativo PRUDENTE DC SEGURANÇA, haverá também PRUDENTE PT NEG-SEGURANÇA, uma vez que, segundo Carel e Ducrot (2005), cada aspecto em DC é associado a um aspecto em PT mais NEG.

³⁸ [...] estas relaciones se encuentran en todos los cuadrados argumentativos que se pueden construir. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 50).

Já a AI de uma entidade *e*, segundo os referidos autores, é “[...] constituída por um certo número de aspectos aos quais pertencem os encadeamentos que parafraseiam esta entidade *e*”³⁹. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 64, grifo dos autores, tradução nossa). Em vista disso, diferentemente da AE, os encadeamentos que formam a AI de uma entidade *e*, por exemplo, não contém *e*, uma vez que se trata de uma reformulação. Assim, a AI de *prudente* pode ser expressa por PERIGO DC PRECAUÇÃO. Além disso, outra característica básica que difere a AI da AE diz respeito ao fato de que na AI de uma entidade *e* não se encontram dois aspectos conversos.

Ducrot (2006, p. 161, tradução nossa), em *La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure?*, destaca que a TBS, tal como é esquematizada, toma, pelas relações constitutivas do significado, os encadeamentos argumentativos normativos e transgressivos vinculados ao signo. O referido autor, então, acrescenta que, nem no CLG nem no ELG, são encontradas relações desse tipo, que Saussure teria considerado, sem dúvida, como não linguísticas e relegadas à fala. O fato é que o mestre suíço introduz, segundo Ducrot (2006, p. 160), no valor de um signo, relações sintagmáticas, “in praesentia”, ou seja, relações entre signos no discurso, e, mais tarde, “esquemas sintagmáticos” previstos pela língua. Da mesma forma, a TBS postula que a língua, enquanto tal, vincula a essas entidades alguns tipos de encadeamentos. Com isso, Ducrot (2006, p. 161, tradução nossa) faz uma distinção entre encadeamentos estruturais, aqueles cuja associação ao signo é prevista pela língua, e encadeamentos contextuais, “[...] aqueles cuja relação ao signo depende das condições de discurso”⁴⁰. Para exemplificar, o referido linguista utiliza os seguintes encadeamentos, que chama estruturais: (17) *Amar, portanto perdoar* e (18) *Não amar, no entanto perdoar*. No entanto, é possível encontrar no discurso encadeamentos como (19) *Estar de bom humor, portanto perdoar* ou (20) *Estar de mau humor, no entanto perdoar*, aos quais Ducrot chama de contextuais, visto que “[...] os desconsideramos em relação ao significado da palavra *perdoar*”⁴¹. (DUCROT, 2006, p. 161, grifo do autor, tradução nossa).

³⁹ [...] constituída por um certo número de aspectos a los que pertenecen los encadenamientos que parafrasean esta entidad *e*. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 64).

⁴⁰ [...] ceux dont la relation au signe dépend des conditions de discours. (DUCROT, 2006, p. 161).

⁴¹ [...] ne nous servent pas à décrire le sens du verbe *pardonner*. (DUCROT, 2006, p. 161, grifo do autor).

Para as análises discursivas realizadas nesta dissertação, faz-se necessário abordar também a noção de *motivo argumentativo*, apresentada por Carel (2012), em *Argumentation et polyphonie*. De acordo com a linguista,

[...] uma parte de texto constitui um 'motivo argumentativo' se, ao mesmo tempo, ela exprime um aspecto e evoca um encadeamento, isto é, se ela comunica um julgamento completo⁴². (CAREL, 2012, p. 54, tradução nossa).

Com o propósito de esclarecer esse conceito, toma-se emprestado a análise feita por Graeff (2012) de um trecho do livro *Claude Gueux*, de Victor Hugo. Confira o trecho traduzido pela referida autora:

*Um inverno, o trabalho faltou. Nada de fogo nem de pão no sótão. O homem, a moça e a criança passaram frio e fome. O homem roubou. Eu não sei o que ele roubou, eu não sei onde ele roubou. O que eu sei, é que desse roubo resultaram três dias de pão e de fogo para a mulher e a criança, e cinco anos de prisão para o homem*⁴³. (2012, p. 198, grifo da autora).

De acordo com Graeff, é possível evocar desse trecho o encadeamento argumentativo [*roubou pequena quantidade, no entanto sofreu grande punição*], que, associado ao aspecto argumentativo PEQUENO DELITO PT GRANDE PUNIÇÃO, constitui a AI de *injustiça*. Tem-se, aqui, nas palavras de Graeff (2012, p. 199), “um julgamento argumentativo completo ou um motivo argumentativo”.

Antes de finalizar esta seção, cabe sublinhar que os princípios e conceitos da TBS não se esgotam por aqui, mesmo que seja preciso, neste momento, dar um ponto final. Espera-se, com esta rápida visita aos postulados da teoria, ter instigado reflexões a respeito de uma descrição semântica das entidades da língua. Parte-se, na sequência, para a explicitação das conexões entre enunciados, definidas por Graeff (2012), com base na Semântica Argumentativa.

⁴² [...] un morceau de texte constitue un 'motif argumentatif' si, à la fois, il exprime un aspect et évoque un enchaînement, c'est-à-dire s'il communique un jugement complet. (CAREL, 2012, p. 54).

⁴³ Un hiver, l'ouvrage manqua. Pas de feu ni de pain dans le galetas. L'homme, la fille et l'enfant eurent froid et faim. L'homme vola. Je ne sais ce qu'il vola, je ne sais où il vola. Ce que je sais, c'est que de ce vol il résulte trois jours de pain et de feu pour la femme et pour l'enfant, et cinq ans de prison pour l'homme. (GUEUX, 1995, p. 10).

3.3 Conexão por Similaridade e Conexão por Contiguidade

A partir do conceito de motivo argumentativo, Carel (2012) destaca a possibilidade de se identificar dois modos de organização entre enunciados: o caso que resulta em dois motivos argumentativos e o caso que resulta em um único motivo argumentativo. O primeiro pode ser explicitado com o enunciado *Ele tinha todo tempo medo. Uma vez que alguém gritasse, ele se sobressaltava*, em que é possível o emprego da expressão *por exemplo* entre os dois segmentos. Já o segundo pode ser exemplificado com o enunciado *Ele tinha medo. Sentia seu sangue gelar*, em que o uso da expressão *por exemplo* é vetado, no entanto pode-se empregar um conector como DC ou PT entre os dois segmentos.

Com base nesses dois casos, Graeff (2012), em *A conexão entre enunciados no texto com base na semântica argumentativa*, retoma as noções de *conexão por similaridade* e *conexão por contiguidade*, propostas por Jakobson (2003), reinterpretando-as pelo viés semântico-argumentativo e associando-as a cada um dos casos em questão. Dessa forma, a partir das noções de AI, AE e, em especial, de motivo argumentativo, a autora, em seu referido artigo, define a primeira como sendo a relação que se estabelece entre “enunciados que constituem julgamentos argumentativos cujo aspecto expresso é o mesmo, sendo diferentes os encadeamentos argumentativos evocados”. (GRAEFF, 2012, p. 202). A título de exemplificação, observe-se o enunciado posto em (21). Note-se que, nesse tipo de conexão, é possível o emprego da expressão *por exemplo* entre os dois segmentos, como em (22).

(21) Ele tinha todo tempo medo. Uma vez que alguém gritasse, ele se sobressaltava.

(Il avait tout le temps peur. Dès que quelqu'un criait, il sursautait)

(22) Ele tinha todo tempo medo. Por exemplo, uma vez que alguém gritasse, ele se sobressaltava.

(Il avait tout le temps peur. Par exemple, dès que quelqu'un criait, il sursautait)

Como destaca Graeff (2012, p. 201, grifo da autora), “os dois julgamentos argumentativos expressam um mesmo aspecto, que é a AI de *medo* (SENTIMENTO

DESAGRADÁVEL DC PENSAMENTO PENOSO)”. O encadeamento *uma vez que alguém gritasse, ele se sobressaltava* tem uma relação de similaridade com o enunciado *Ele tinha todo tempo medo*. Esse tipo de conexão permite, pois, que a AI de uma entidade linguística seja explicitada por diversas maneiras.

Além da *conexão por similaridade*, Graeff (2012, p. 202) também observa a existência da *conexão por contiguidade*, que se dá quando há uma “relação entre enunciados que constituem um único julgamento argumentativo, produzido pela relação entre AI e AE de uma entidade linguística”. É o caso de (23):

(23) Ele tinha medo. Sentia seu sangue gelar.

(*Il avait peur. Il sentait son sang glacer*)

Note-se que fica vetado o uso da expressão *por exemplo* entre os enunciados. Entretanto, de acordo com Graeff (2012), pode-se colocar entre eles um conector DC ou PT, como em (24) e (25):

(24) Ele tinha *medo* DC sentia seu sangue gelar.

(25) Ele sentia *medo* PT não sentia seu sangue gelar.

Graeff (2012, p. 200), esclarece que a continuação possível de *Ele tinha medo* vem da AI de *medo* (*pensamento desagradável DC sentimento desagradável*). Já as continuações (DC sentia seu sangue gelar e PT não sentia seu sangue gelar) são AE de *medo*. Assim, a continuação do discurso se faz por contiguidade do sentido da AI de *medo* com a AE de *ter medo* (*ter medo DC sentir o sangue gelar* ou ainda, *ter medo PT não sentir o sangue gelar*).

Com base nisso, a referida linguista destaca que esse segundo processo – o de contiguidade – explica a progressão temática do texto⁴⁴, isto é,

[...] permite entender como o texto mantém a coerência no desenvolvimento de seu tema. Trata-se, nesse caso, da *coerência linguístico-discursiva* do texto, verificável pela análise do processo de nominalização, mais especificamente do encapsulamento anafórico de um encadeamento argumentativo inteiro. (GRAEFF, 2012, p. 207, grifo nosso).

⁴⁴ Da mesma forma que Graeff (2012), opta-se, a partir de agora, por não mais fazer distinção entre *texto* e *discurso*, considerando-os como sinônimos.

Note-se que Graeff (2012), ao pesquisar sobre as conexões entre enunciados, não só esclarece o importante papel delas para a constituição do sentido, mas também salienta a particularidade de a conexão por contiguidade poder explicar a coerência do texto, a qual a autora classifica como *linguístico-discursiva*. Trata-se, pois, de uma nova definição de coerência, dada a partir dos pressupostos da Semântica Argumentativa. A linguista, com isso, abre a possibilidade de explicar tal fenômeno, por meio, especificadamente, do material linguístico dos enunciados, em suas diferentes situações de enunciação.

Além disso, cumpre acrescentar que Graeff (2007), em *Encadeamento argumentativo e encapsulamento anafórico*, já previu a possibilidade de explicitar os reflexos da organização argumentativa dos textos na escolha lexical e, sobretudo, de dar contribuições à Linguística do Texto, especialmente no que tange ao encapsulamento anafórico, “entendido como um recurso coesivo pelo qual um sintagma nominal funciona como uma paráfrase resumidora de uma porção precedente do texto”. (GRAEFF, 2007, p. 191). No referido artigo, a autora distingue os casos em que o encapsulamento anafórico remete a um dos segmentos que compõem o encadeamento e os casos em que remete ao encadeamento como um todo. Destaca, pois, que “o encapsulamento que retoma um segmento de enunciado apenas constata, sem argumentar” (GRAEFF, 2007, p. 197), enquanto que o encapsulamento que retoma um encadeamento argumentativo inteiro sintetiza, ele próprio, o valor semântico-argumentativo do encadeamento, explicitando o objeto do discurso gerado pela interdependência semântica existente entre os segmentos do encadeamento que constitui sua argumentação interna.

Feitas essas considerações, parte-se, na sequência, para o capítulo que apresenta o procedimento metodológico aplicado nesta pesquisa.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo, apresenta-se a metodologia utilizada para a análise do *corpus* desta pesquisa, que adota como perspectiva teórica a Teoria da Argumentação na Língua (ANL), mais precisamente a Teoria dos Blocos Semânticos (TBS). Por meio de seus princípios e conceitos, são buscadas respostas para as seguintes questões: (a) como os motivos argumentativos se organizam para a constituição do sentido do discurso? e (b) de que modo as conexões estabelecidas entre os enunciados permitem explicitar o sentido global do discurso?.

O material de análise é constituído de três crônicas publicadas do jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre/RS, em março de 2017. Os discursos, cumpre salientar, foram transcritos fielmente, mantendo-se a forma e o conteúdo originais. Embora se verifiquem, nas crônicas, alguns “deslizes gramaticais”, estes não constituem nosso foco de interesse.

Além disso, é importante ressaltar que, embora este estudo seja concentrado em um gênero específico – a crônica –, consideramos que todo e qualquer texto é argumentativo por excelência, uma vez que, de acordo com os princípios da ANL, o sentido é argumentativo por natureza, independente do gênero.

O procedimento metodológico utilizado na análise dos discursos conta com:

(a) a evocação de unidades semânticas básicas, isto é, encadeamentos argumentativos tanto normativos, expressos em DC (portanto), como transgressivos, expressos em PT (no entanto);

(b) a associação a cada um dos encadeamentos evocados do aspecto argumentativo do bloco semântico que expressam;

(c) a divisão dos textos em trechos que exprimem motivos argumentativos;

(d) a identificação do tipo de conexão estabelecida entre os enunciados (por contiguidade ou por similaridade);

(e) a explicitação do sentido global do discurso.

Acredita-se, a partir desses passos, poder delinear um método que explicita o sentido global de textos, que permita expressar, em um único aspecto argumentativo, o bloco semântico básico, considerado essencial. Passa-se, a seguir, para a análise do *corpus* desta pesquisa.

5 ANÁLISE DO *CORPUS*

Analizam-se, neste capítulo, as três crônicas que constituem o *corpus* desta pesquisa. Focalizam-se, em ordem, as crônicas *A baixa cotação dos off-lines* e *Às escuras*, de Martha Medeiros, seguidas de *Histórias*, de Luís Fernando Veríssimo.

5.1 Discurso 1: *A baixa cotação dos off-lines*

A baixa cotação dos off-lines

Pergunta ainda não respondida: idosos (e nem tão idosos) são obrigados a se informatizar?

Por: Martha Medeiros

29/03/2017 - 04h00min | Atualizada em 29/03/2017 - 04h00min

Ela estava sentada à minha frente, gloriosa aos 79 anos, uma mulher ainda bela, com a inteligência intacta, amante dos livros e do cinema, com o bom humor em pleno funcionamento, mas com uma deficiência comum a outros que nasceram na Idade da Pedra Lascada: entende bulhufas de computadores. Não usa smartphone, nem tablet, nem iPad. Está alheia ao universo virtual, que, segundo ela, não lhe faz a menor falta. Perguntou a mim: “Tenho esse direito?”.

Ela mesma respondeu: “Descobri que não, não tenho”.

Vive sozinha há uns 25 anos e os filhos moram em suas próprias casas: a família é unida, mas eles não são onipresentes. Nem ela deseja que estejam na sua cola, é independente o suficiente para fazer suas compras, praticar exercícios, encontrar suas amigas, ir ao banco.

Ah, ir ao banco.

Ela é correntista de um grande banco que foi absorvido por outro grande banco, coisa que todo cliente é obrigado a aceitar sem direito a dar pitaco. Ok, nenhum problema. Só que é uma mulher que gosta de ter tudo na ponta do lápis, até porque este “tudo” não é tanto assim. Ela faz contas, como qualquer cidadã. Através do extrato do seu cartão de crédito, confere seus gastos mensais. Até que soube que seu banco, agora sob nova direção, não emitiria mais extratos de papel, apenas extratos online. Ela pensou: isso é bom, economia de celulose, mas eles certamente abrirão exceção para quem está fora das redes.

E muito calmamente foi até sua agência solicitar a continuidade do recebimento do extrato pelo correio.

Foi tratada como se fosse um alienígena, um ser primitivo a ser estudado por arqueólogos. Saiu de lá sem a solução para essa questão que lhe parecia tão simples, e é.

Pergunta ainda não respondida: idosos (e nem tão idosos) são obrigados a se informatizar? Humilhá-los é uma forma de punição pelo atrevimento de não terem um iToken?

Se você não viu o filme *Eu, Daniel Blake*, vencedor do Festival de Cinema de Cannes do ano passado, procure assistir por algum canal pago ou pelo DVD: trata da alienação forçada e injusta imposta àqueles que pegaram a revolução tecnológica no meio do caminho e não são mais considerados pessoas que valham o esforço de um atendimento analógico.

A bela septuagenária aqui citada não é um personagem de cinema. É apenas mais uma entre tantos senhores e senhoras que se sentem excluídos por seus digníssimos gerentes de conta, que parecem esquecer que existe vida além dos aplicativos. Até onde sei, o dinheiro de alguém de 35 anos vale o mesmo que o dinheiro de quem tem o dobro dessa idade. Ou não? Bancos, lojas, repartições: não matem seus antigos clientes antes do tempo.

Essa crônica de Martha Medeiros, publicada no dia 29 de março, em sua coluna do jornal *Zero Hora*, aborda um tema bastante presente na atualidade – a *internet* e os meios digitais. A cronista, por meio de uma estrutura predominantemente narrativa, parte de um fato corriqueiro, um acontecimento do dia a dia – seu encontro com uma senhora idosa alheia ao universo virtual – e, a partir dele, injeta, retomando o que diz Sá (2008, p. 15) “sangue novo no relato”, alcançando uma dimensão mais profunda, na medida em que procura refletir sobre a vida dos idosos frente às tecnologias. Observe-se a análise semântico-argumentativa detalhada dos trechos:

Trecho 1: Ela estava sentada à minha frente, gloriosa aos 79 anos, uma mulher ainda bela, com a inteligência intacta, amante dos livros e do cinema, com o bom humor em pleno funcionamento, [...].

Com base nos conceitos postos à disposição pela Teoria dos Blocos Semânticos e nos dois processos que, segundo Graeff (2012), conectam enunciados em textos, pode-se dizer que esse primeiro trecho organiza-se em torno da argumentação interna (AI) contextual de *idosa*, constituída pelo aspecto argumentativo IDADE AVANÇADA PT JOVIAL, à qual os encadeamentos argumentativos transgressivos [*ter 79 anos, no entanto estar gloriosa*], [*ter 79 anos, no entanto ainda ser bela*], [*ter 79 anos, no entanto ter a inteligência intacta*], [*ter 79 anos, no entanto ser amante dos livros e do cinema*] e [*ter 79 anos, no entanto ter bom humor em pleno funcionamento*] conectam-se por similaridade, uma vez que funcionam como exemplos e reiteram, portanto, a AI de *idosa*.

Trecho 2: [...] mas com uma deficiência comum a outros que nasceram na Idade da Pedra Lascada: entende bulhufas de computadores. Não usa smartphone, nem tablet, nem iPad.

Já esse segundo trecho, introduzido pelo conector *mas*, recupera o segundo segmento do aspecto argumentativo anterior, aquele que explicita a jovialidade da referida senhora, e, a partir dessa retomada, dá continuidade ao tema do discurso. Evoca-se, pois, nessa parte de texto, o encadeamento argumentativo transgressivo [*estar gloriosa aos 79 anos, ainda ser uma bela mulher, com inteligência intacta, amante dos livros e do cinema e com bom humor, no entanto não entender de computadores, não usar smartphones, nem tablet, nem iPad*], que, associado ao aspecto argumentativo JOVIAL PT DESCONHECIMENTO DE TECNOLOGIA, constitui a AE contextual à esquerda de *desconhecimento de tecnologia*. Note-se que a conexão entre os enunciados desse trecho se faz por contiguidade, havendo um motivo argumentativo completo.

Trecho 3: Está alheia ao universo virtual, que, segundo ela, não lhe faz a menor falta. Perguntou a mim: “Tenho esse direito?”. Ela mesma respondeu: “Descobri que não, não tenho”.

Tem-se, nesse trecho, um novo julgamento argumentativo, cujo encadeamento evocado é [*estar alheia ao universo virtual, no entanto não ter esse direito*], ao qual se associa o aspecto argumentativo DESCONHECIMENTO DE TECNOLOGIA PT NEG-DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA]. Cumpre

destacar que esse trecho, da mesma forma que o trecho 2, recupera o segundo segmento do seu aspecto argumentativo anterior, e, a partir dele, dá continuidade ao tema do texto, instalando um novo bloco semântico. Salienta-se, assim, a ocorrência de conexão por contiguidade entre os dois enunciados no meio dos quais é impossível a utilização de *por exemplo*, visto que constituem um único motivo argumentativo.

Além disso, é interessante destacar, com base no que diz Graeff (2007) a propósito do encadeamento argumentativo e do encapsulamento anafórico, que o enunciado *Está alheia ao universo virtual* funciona como um encapsulamento anafórico do enunciado que o antecede (*entende bulhufas de computadores. Não usa smartphone, nem tablet, nem iPad*, presente no trecho 2), uma vez que a relação existente entre eles é sinonímica do ponto de vista semântico-argumentativo.

Trecho 4: Vive sozinha há uns 25 anos e os filhos moram em suas próprias casas: [...].

Evoca-se, nessa parte de texto, o encadeamento argumentativo transgressivo [*ter 79 anos, no entanto viver sozinha há 25 anos*], ao qual se associa o aspecto argumentativo IDOSA PT INDEPENDENTE, que constitui a AE à direita de *idosa*. A conexão existente entre os enunciados desse trecho com os que constituem o trecho 1 ocorre pelo processo de contiguidade, visto que, de acordo com Graeff (2012), esse tipo de conexão estabelece uma relação entre a AI de uma entidade linguística – nesse caso, a AI de *idosa* (IDADE AVANÇADA PT JOVIAL), expressa no trecho 1 – e sua AE (IDOSA PT INDEPENDENTE), expressa nessa parte de texto.

Trecho 5: a família é unida, mas eles não são onipresentes.

Nesse trecho, evoca-se o encadeamento argumentativo transgressivo [*filhos não serem onipresentes, no entanto ter uma família unida*], ao qual se associa o aspecto argumentativo NEG-ONIPRESENÇA PT UNIÃO FAMILIAR. Note-se a constituição de um julgamento argumentativo completo, instalando um novo bloco semântico no texto. Tem-se, portanto, uma conexão por contiguidade entre os enunciados dessa parte de texto.

Trecho 6: Nem ela deseja que estejam na sua cola, é independente o suficiente para fazer suas compras, praticar exercícios, encontrar suas amigas, ir ao banco.
Ah, ir ao banco.

Nesse trecho, tem-se um novo motivo argumentativo, constituído pelo encadeamento transgressivo [*ter 79 anos, no entanto ser independente para fazer suas compras, praticar exercícios, encontrar as amigas e ir ao banco*]. Note-se que esse encadeamento está conectado por similaridade com o encadeamento evocado no trecho 4, a saber [*ter 79 anos, no entanto viver sozinha há 25 anos*], visto que os ambos compartilham o mesmo aspecto argumentativo (IDOSA PT INDEPENDENTE) do bloco semântico que expressam.

Trecho 7: Ela é correntista de um grande banco que foi absorvido por outro grande banco, coisa que todo cliente é obrigado a aceitar sem direito a dar pitaco. Ok, nenhum problema. Só que é uma mulher que gosta de ter tudo na ponta do lápis, até porque este “tudo” não é tanto assim. Ela faz contas, como qualquer cidadã. Através do extrato do seu cartão de crédito, confere seus gastos mensais.

Nesse trecho, tem-se um julgamento argumentativo cujo encadeamento evocado pode ser expresso por [*ser independente, portanto fazer contas*] ao qual se associa o aspecto argumentativo INDEPENDENTE DC RESPONSÁVEL [PELOS PRÓPRIOS GASTOS]. Note-se a recuperação do segundo segmento do aspecto argumentativo anterior (INDEPENDENTE) e a inauguração de um novo bloco semântico no texto. A conexão se faz, pois, por contiguidade entre os enunciados, visto a constituição de um único julgamento argumentativo.

Trecho 8: Até que soube que seu banco, agora sob nova direção, não emitiria mais extratos de papel, apenas extratos online. Ela pensou: isso é bom, economia de celulose, mas eles certamente abrirão exceção para quem está fora das redes.

Evoca-se, nessa parte de texto, o encadeamento argumentativo normativo [*banco não emitir mais extratos de papel, portanto emitir apenas extratos online*], ao qual se associa o aspecto argumentativo NEG-EMIÇÃO DE EXTRATO IMPRESSO

DC EMISSÃO DE EXTRATO ONLINE. Note-se que esse enunciado, conectado pelo processo de contiguidade, introduz um novo bloco semântico no texto.

Trecho 9: E muito calmamente foi até sua agência solicitar a continuidade do recebimento do extrato pelo correio.

Foi tratada como se fosse um alienígena, um ser primitivo a ser estudado por arqueólogos. Saiu de lá sem a solução para essa questão que lhe parecia tão simples, e é.

Nesse trecho, tem-se um novo julgamento argumentativo, cujo encadeamento evocado pode ser expresso por [*ter direito à continuidade do recebimento do extrato pelo correio, no entanto ser tratada como um alienígena, um ser primitivo a ser estudado por arqueólogos*], ao qual se associa o aspecto argumentativo DIREITO DE DESCONHECER TECNOLOGIA PT NEG-DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA] SER RECONHECIDO, que constitui a AE contextual à esquerda de *direito de desconhecer tecnologia*. Note-se a existência de conexão por contiguidade entre os dois enunciados entre os quais é impossível a utilização de *por exemplo*, uma vez que constituem um único motivo argumentativo.

Trecho 10: Pergunta ainda não respondida: idosos (e nem tão idosos) são obrigados a se informatizar? Humilhá-los é uma forma de punição pelo atrevimento de não terem um iToken?

O encadeamento argumentativo que esse trecho permite evocar é [*idosos terem o direito de desconhecer tecnologia, no entanto serem humilhados por não terem um iToken*], ao qual se associa o aspecto DIREITO DE DESCONHECER TECNOLOGIA PT NEG-DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA] SER RECONHECIDO. Vale destacar que o encadeamento evocado nesse trecho está conectado por similaridade com o encadeamento evocado no trecho anterior, a saber [*solicitar a continuidade do recebimento do extrato pelo correio, no entanto ser tratada como um alienígena, um ser primitivo a ser estudado por arqueólogos*], visto que ambos compartilham o mesmo aspecto argumentativo do bloco semântico que expressam.

Trecho 11: Se você não viu o filme *Eu, Daniel Blake*, vencedor do Festival de Cinema de Cannes do ano passado, procure assistir por algum canal pago ou pelo DVD: trata da alienação forçada e injusta imposta àqueles que pegaram a revolução tecnológica no meio do caminho e não são mais considerados pessoas que valham o esforço de um atendimento analógico.

O principal encadeamento argumentativo que esse trecho permite evocar é *[pegar a revolução tecnológica no meio do caminho, no entanto não valer o esforço de um atendimento analógico]*, ao qual se associa o aspecto argumentativo transgressivo IDADE AVANÇADA PT NEG-DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA] SER RECONHECIDO. Note-se que os dois segmentos do aspecto argumentativo expresso nesse trecho são recuperados de trechos anteriores. O primeiro (IDADE AVANÇADA) é retomado do trecho 1 e o segundo (NEG-DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA] SER RECONHECIDO) é retomado dos trechos 9 e 10. Há, pois, nessa parte de texto, a união de dois segmentos já explicitados ao longo do discurso e que, aqui, constituem um bloco semântico único e indecomponível. Cumpre salientar que a conexão existente entre os enunciados se faz por contiguidade, visto a constituição de um único julgamento argumentativo.

Trecho 12: A bela septuagenária aqui citada não é um personagem de cinema. É apenas mais uma entre tantos senhores e senhoras que se sentem excluídos por seus digníssimos gerentes de conta, que parecem esquecer que existe vida além dos aplicativos. Até onde sei, o dinheiro de alguém de 35 anos vale o mesmo que o dinheiro de quem tem o dobro dessa idade. Ou não? Bancos, lojas, repartições: não matem seus antigos clientes antes do tempo.

Evoca-se, nesse trecho, o encadeamento argumentativo transgressivo *[idosos terem o direito de desconhecer tecnologia, no entanto sentirem-se excluídos por seus gerentes de conta]*, ao qual se associa o aspecto DIREITO DE DESCONHECER TECNOLOGIA PT NEG-DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA] SER RECONHECIDO. Note-se a conexão de similaridade estabelecida entre os enunciados desse trecho com os enunciados dos trechos 9 e 10, visto que as três referidas partes de texto explicitam o mesmo aspecto argumentativo do bloco semântico que expressam.

Além disso, é interessante observar que a expressão *A bela septuagenária* nominaliza o encadeamento argumentativo [*ter 79 anos, no entanto ainda ser bela*], ao qual se associa o aspecto IDADE AVANÇADA PT JOVIAL, expresso no trecho 1. Com base em Graeff (2007), a referida expressão sintetiza, ela própria, o valor semântico-argumentativo do encadeamento, explicitando o objeto do discurso gerado pela interdependência semântica existente entre seus dois segmentos.

Com base na análise semântico-argumentativa aqui empreendida, pode-se resumir o sentido global do discurso 1 no aspecto argumentativo único TER IDADE AVANÇADA DC TER O DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA] RECONHECIDO. Interessante observar que esse aspecto estabelece uma relação de conversão com o aspecto expresso no trecho 11 (IDADE AVANÇADA PT NEG-DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA] SER RECONHECIDO).

5.2 Discurso 2: Às escuras

Às escuras

Difícil comemorar esses 245 anos de Porto Alegre em pleno blecaute, não apenas literal, mas metafórico

Por: Martha Medeiros

25/03/2017 - 13h41min | Atualizada em 25/03/2017 - 13h47min

Neste domingo, Porto Alegre está de aniversário. Acenda uma vela. Duas. Três. 245 velas. Talvez elas bastem para iluminar a sua rua, ao menos a sua rua. Aqui perto de casa, teríamos que acender 3 milhões de velas. Um breu.

Porto Alegre, depois que o dia cai, é mais que noturna: é soturna. Eu, intrépida, ainda tenho coragem de sair à noite, mas, nos poucos bairros em que circulo, deparo com um cenário melancólico: um poste de luz aqui, outro acolá, e no espaço entre eles, não sei, não dá pra ver.

Difícil comemorar esses 245 anos em pleno blecaute, não apenas literal, mas metafórico. Feito cabras-cegas, estendemos os braços à procura da nossa ex-alegre cidade, mas tropeçamos em calçadas esburacadas, entramos em ruas sem sinalização e temos medo de quem cruza por nós. Um antigo estádio está prestes a cair de podre, a Fundação Iberê está com a fachada suja e portas semiabertas, o Multipalco ainda não conseguiu verba para sua

conclusão, obras se arrastam feito lesmas, e o metrô entrou para o folclore gaúcho como o Negrinho do Pastoreio ou a Salamanca do Jarau. Aí retiramos a venda sobre os olhos e tudo continua escuro, não era uma brincadeira, estaremos mesmo nas... trevas?

Corta. Essa é a parte em que interrompo o relato macabro para lembrar que Porto Alegre tem as canchas de beach tênis ao ar livre, tem o Barranco aberto de segunda a segunda, tem dois estádios de futebol bem aproveitados, tem o incansável Luciano Alabarse batalhando pela cultura – e não só ele. Tem o Brique da Redenção, tem o Araújo Vianna, tem o Teatro do Bourbon Country, tem o Theatro São Pedro, tem a L&PM, tem o Hospital Moinhos de Vento, tem o Zaffari, tem o Instituto Ling, tem a Bolsa de Arte, tem a Casa de Cinema, tem a Casa de Teatro, tem a Casa Destemperados, tem o Sarau Elétrico, tem o Vila Flores, tem a Bamboletras, tem o Fronteiras do Pensamento, tem o Porto Verão Alegre, tem a Fundação Thiago de Moraes Gonzaga e vou parando por aqui porque estou vendo pela janela um sujeito mal-encarado que está bufando por eu ainda não tê-lo citado, e basta de violência, meu lugar é aqui dentro da Revista Donna, não no obituário – não ainda.

Incluo algo mais acessível para quem não pode usufruir de nada que citei acima: temos também um pôr do sol magnífico que não depende de governo nenhum nem da boa vontade de ninguém, mas, ainda que ele seja democrático e nunca falhe, tem sido insuficiente para vermos alguma luz no fim do túnel. Parabéns, Porto Alegre, mas te queremos mais radiante.

Nessa crônica, publicada no dia 25 de março, Martha Medeiros também aborda um tema bastante comum – os problemas que Porto Alegre enfrenta todos os dias. A cronista parte de um acontecimento simples – o aniversário da cidade – e apresenta, de um lado, os desafios de Porto Alegre e de outro, as boas atrações que a cidade oferece. Parte-se, a seguir, para a análise detalhada dos trechos.

Trecho 1: Neste domingo, Porto Alegre está de aniversário. Acenda uma vela. Duas. Três. 245 velas.

Com base nos conceitos de julgamento argumentativo, de conexão por contiguidade e conexão por similaridade, apresentados anteriormente, pode-se esquematizar a organização do discurso 2 como contendo, em seu primeiro trecho, um motivo argumentativo, cujo encadeamento evocado é [*Porto Alegre estar de aniversário, portanto acender muitas velas*], ao qual se associa o aspecto

argumentativo ANIVERSÁRIO DC COMEMORAÇÃO. A conexão entre os enunciados dessa parte de texto se faz por contiguidade, dada a constituição de um único julgamento argumentativo e a impossibilidade de utilização da expressão *por exemplo* entre eles.

Trecho 2: Talvez elas bastem para iluminar a sua rua, ao menos a sua rua. Aqui perto de casa, teríamos que acender 3 milhões de velas. Um breu.

Porto Alegre, depois que o dia cai, é mais que noturna: é soturna. Eu, intrépida, ainda tenho coragem de sair à noite, mas, nos poucos bairros em que circulo, deparo com um cenário melancólico: um poste de luz aqui, outro acolá, e no espaço entre eles, não sei, não dá pra ver.

Já nesse trecho, tem-se dois motivos argumentativos. Note-se, de início, a possibilidade de colocar entre os enunciados dessa parte de texto a expressão *por exemplo* (*Talvez elas bastem para iluminar a sua rua, ao menos a sua rua. Aqui perto de casa, por exemplo, teríamos que acender 3 milhões de velas. Um breu*). Tem-se, portanto, uma conexão por similaridade entre os enunciados. A relação entre esses enunciados fica evidente quando se explicita o encadeamento argumentativo evocado e, especialmente, o aspecto argumentativo expreso. Observe-se que, do enunciado *Talvez elas bastem para iluminar a sua rua, ao menos a sua rua*, evoca-se o encadeamento [*não ter iluminação na rua, portanto ter de acender muitas velas*], ao qual se associa o aspecto ESCURIDÃO DC NECESSIDADE DE ILUMINAÇÃO; e, do enunciado *Aqui perto de casa, teríamos que acender 3 milhões de velas. Um breu*, evoca-se o encadeamento [*estar um breu perto de casa, portanto ter que acender 3 milhões de velas*], ao qual se associa o mesmo aspecto argumentativo.

Trecho 3: Difícil comemorar esses 245 anos em pleno blecaute, não apenas literal, mas metafórico. Feito cabras-cegas, estendemos os braços à procura da nossa ex-alegre cidade, mas tropeçamos em calçadas esburacadas, entramos em ruas sem sinalização e temos medo de quem cruza por nós. Um antigo estádio está prestes a cair de podre, a Fundação Iberê está com a fachada suja e portas semiabertas, o Multipalco ainda não conseguiu verba para sua conclusão, obras se arrastam feito lesmas, e o metrô entrou para o folclore gaúcho como o Negrinho do Pastoreio ou a Salamanca do Jarau. Aí retiramos a venda sobre os olhos e tudo continua escuro, não era uma brincadeira, estaremos mesmo nas... trevas?

A organização semântico-argumentativa desse trecho organiza-se em torno do aspecto argumentativo TER MOTIVOS PARA COMEMORAR PT TER PROBLEMAS A RESOLVER, ao qual os encadeamentos [*estender os braços à procura de Porto Alegre, no entanto tropeçar em calçadas esburacadas*], [*estender os braços à procura de Porto Alegre, no entanto entrar em ruas sem sinalização*], [*estender os braços à procura de Porto Alegre, no entanto ter medo de quem cruza*], [*estender os braços à procura de Porto Alegre, no entanto ter um antigo estádio prestes a cair*], [*estender os braços à procura de Porto Alegre, no entanto a Fundação Iberê estar com a fachada suja e portas semiabertas*], [*estender os braços à procura de Porto Alegre, no entanto o Multipalco não conseguir verba para a conclusão*], [*estender os braços à procura de Porto Alegre, no entanto as obras não terminarem*], e [*estender os braços à procura de Porto Alegre, no entanto o metrô entrar para o folclore como o Negrinho do Pastoreio ou a Salamanca do Jarau*] conectam-se por similaridade, conforme destaca Graeff (2012), uma vez que funcionam como exemplos. Nesse caso, não se tem uma progressão temática, e sim a reiteração de um único tópico.

Trecho 4: Corta. Essa é a parte em que interrompo o relato macabro para lembrar que Porto Alegre tem as canchas de beach tênis ao ar livre, tem o Barranco aberto de segunda a segunda, tem dois estádios de futebol bem aproveitados, tem o incansável Luciano Alabarse batalhando pela cultura – e não só ele. Tem o Brique da Redenção, tem o Araújo Vianna, tem o Teatro do Bourbon Country, tem o Theatro São Pedro, tem a L&PM, tem o Hospital Moinhos de Vento, tem o Zaffari, tem o Instituto Ling, tem a Bolsa de Arte, tem a Casa de Cinema, tem a Casa de Teatro, tem a Casa Destemperados, tem o Sarau Elétrico, tem o Vila Flores, tem a Bamboletras, tem o Fronteiras do Pensamento, tem o Porto Verão Alegre, tem a Fundação Thiago de Moraes Gonzaga e vou parando por aqui porque estou vendo pela janela um sujeito mal-encarado que está bufando por eu ainda não tê-lo citado, e basta de violência, meu lugar é aqui dentro da Revista Donna, não no obituário – não ainda.

Evocam-se, desse trecho, uma série de encadeamentos argumentativos transgressivos que, conectados por similaridade, associam-se ao aspecto argumentativo TER PROBLEMAS A RESOLVER PT TER ALEGRIAS. A título de explicitação, os encadeamentos referidos podem ser resumidos em um único encadeamento argumentativo: [*Porto Alegre ter problemas, no entanto ter canchas*

de beach tênis ao ar livre, ter o Barranco aberto de segunda a segunda, ter dois estádios de futebol bem aproveitados, ter Luciano Alabarse batalhando pela cultura, ter o Brique da Redenção, ter o Araújo Vianna, ter o Teatro do Bourbon Country, ter o Theatro São Pedro, ter a L&PM, ter o Hospital Moinhos de Vento, ter o Zaffari, ter o Instituto Ling, ter a Bolsa de Arte, ter a Casa de Cinema, ter a Casa do Teatro, ter a Casa Destemperados, ter o Sarau Elétrico, ter o Vila Flores, ter a Bamboletras, ter o Fronteiras do Pensamento, ter o Porto Verão Alegre, ter a Fundação Thiago de Moraes Gonzaga].

Trecho 5: Incluo algo mais acessível para quem não pode usufruir de nada que citei acima: temos também um pôr do sol magnífico que não depende de governo nenhum nem da boa vontade de ninguém, mas, ainda que ele seja democrático e nunca falhe, tem sido insuficiente para vermos alguma luz no fim do túnel.

Evoca-se, desse trecho, o encadeamento argumentativo transgressivo [*Porto Alegre ter um pôr do sol magnífico, no entanto ser insuficiente para ver alguma luz no fim do túnel*], ao qual se associa o aspecto TER MOTIVOS PARA COMEMORAR PT TER PROBLEMAS A RESOLVER. Note-se que essa parte de texto está conectada por similaridade com o trecho 3, visto que ambos expressam o mesmo aspecto argumentativo, sendo diferentes os encadeamentos evocados em cada trecho.

Trecho 6: Parabéns, Porto Alegre, mas te queremos mais radiante.

Nesse trecho, evoca-se o encadeamento argumentativo transgressivo [*Porto Alegre estar de parabéns, no entanto estar pouco radiante*], ao qual também se associa o aspecto TER MOTIVOS PARA COMEMORAR PT TER PROBLEMAS A RESOLVER, que resume o sentido global do discurso. Note-se, pois, a conexão por similaridade entre os enunciados desse trecho com os enunciados dos trechos 3 e 5. Interessante observar que *Difícil comemorar esses 245 anos em pleno blecaute, não apenas literal, mas metafórico*, localizado abaixo do título da crônica e no trecho 3, explicita o objeto do discurso gerado pela interdependência semântica existente entre os segmentos do referido aspecto, sintetizando seu valor semântico-argumentativo. Além disso, cumpre destacar que o referido aspecto argumentativo,

reiterado mais de uma vez ao longo do discurso, está diretamente relacionado ao título do texto, a saber *Às escuras*.

5.3 Discurso 3: *Histórias*

Histórias

Por: Luis Fernando Verissimo

18/03/2017 - 03h00min | Atualizada em 18/03/2017 - 03h00min

Ele contou na roda que tinha sido preso por questões políticas mas não tinha sido torturado. Pelo menos não fisicamente. Ninguém lhe tocara um dedo. Mas o colocaram numa cela com um homem enorme, que tinha mais de peito do que ele de altura. O nome do homem, e a razão para ele estar preso, nunca ficara sabendo. Só lhe disseram que o apelido do homem era Animal. E que ele gostava de ouvir histórias.

Histórias? É. O Animal gostava de histórias. Ele deveria contar histórias ao Animal e só parar quando o Animal dissesse “Pare”. Se parasse antes, ó... E lhe mostraram o que o Animal faria com o seu crânio, apertando-o entre suas mãos. Se parasse de contar histórias por mais de um minuto, seu crânio viraria um tomate entre as mãos gigantes das do Animal.

Mas que tipo de histórias deveria contar ao Animal? Se vire, disseram. E o trancaram na cela com o Animal. Ele ensaiou um bom-dia. O Animal quieto. Ele disse seu nome, esticou a mão para apertar a mão do Animal. O Animal imóvel. Olhando fixo para um ponto na sua testa. Talvez, pensou ele, calculando a pressão que precisaria para esmagar sua cabeça. Quando o Animal deu um passo na sua direção, ele disse, rápido:

– Era uma vez...

O Animal recuou e sentou-se no seu catre para ouvir a história. Ele continuou, tentando desesperadamente improvisar uma narrativa:

– ... uma princesa que morava num castelo. Um dia, um passarinho chegou na janela da princesa e...

Seria aquele o tipo de história de que o Animal gostava? A cara impassível do Animal não lhe dizia nada. Só o que mudara era que ele agora olhava para a boca do outro, em vez de um ponto na sua testa. O narrador continuou improvisando. Durante muitas horas, contou

sua história, tentando adivinhar o que agradava e não agradava ao Animal. Mais romance ou mais ação? Mais ou menos sangue? O Animal não fazia um som.

Entrou de tudo na história. Príncipe. Madrasta. Lobo. Sapo. Dragão. Anão. Vovozinha. Várias vezes o narrador sugeriu que a história tinha terminado.

– E viveram felizes para sempre...

Mas o Animal não dizia nada. E ele, apavorado, emendava outra história.

– Enquanto isso, em outro castelo, longe dali...

Contou todas as histórias de fada que conhecia e inventou mais algumas. Quando não sabia o que mais inventar, começou a contar filmes, romances, todos os enredos de que conseguia se lembrar. O dia raiou e o Animal continuava olhando para a sua boca, sem dizer uma palavra. Ele espremia a própria cabeça, metaforicamente, para se lembrar de mais histórias. Já esgotara todos os enredos possíveis. Recorrera à Bíblia, às Mil e uma Noites, a Dom Quixote, a Homero, a Janete Clair.

Começou a recontar histórias, variando alguns detalhes para o Animal não desconfiar. Na nova versão, a vovozinha comia o lobo. Misturou histórias. Sinbad e Peter Pan contra invasores de Marte.

Pinóquio, o Rei Arthur e o Capitão Nemo juntando-se aos Três Mosqueteiros nas estepes numa emboscada para o mensageiro do Tzar... Os dias passavam e o Animal não desgrudava os olhos da sua boca. E ele não tinha mais voz!

Decidiu contar histórias com mais conteúdo psicológico do que ação, para ver se o Animal se aborrecia e dizia “Pare”. Ou se dormia. Mas o Animal nem piscava. Finalmente, ele se atirou contra as grades e gritou – ou sussurrou, com a pouca voz que lhe sobrava – que não aguentava mais, que o tirassem dali, que confessaria tudo. Confessaria o que quisessem!

E ele contou que mais tarde, depois que o soltaram, encontrara alguém que estivera preso na mesma época e este lhe perguntara:

– Também botaram você na cela com o surdo-mudo?

Essa crônica, publicada no dia 18 de março de 2017, no jornal *Zero Hora*, apresenta uma estrutura predominantemente narrativa. Sua estrutura, assim como as crônicas anteriores, encadeia ações para chegar a um fim, portanto permite

expressar o sentido global por um aspecto argumentativo único. Observe-se a análise dos trechos que compõem o discurso 3.

Trecho 1: Ele contou na roda que tinha sido preso por questões políticas mas não tinha sido torturado. Pelo menos não fisicamente. Ninguém lhe tocara um dedo.

Nesse primeiro trecho, evoca-se o encadeamento argumentativo transgressivo [*preso por questões políticas, no entanto não torturado fisicamente*], ao qual se associa o aspecto argumentativo PRISÃO POR QUESTÕES POLÍTICAS PT NEG-TORTURA FÍSICA. Note-se a constituição de um único julgamento argumentativo, o que revela uma relação de contiguidade entre os enunciados dessa parte de texto.

Trecho 2: Mas o colocaram numa cela com um homem enorme, que tinha mais de peito do que ele de altura. O nome do homem, e a razão para ele estar preso, nunca ficara sabendo. Só lhe disseram que o apelido do homem era Animal.

Tem-se, nesse segundo trecho, um novo motivo argumentativo, constituído pelo encadeamento [*não torturado fisicamente, no entanto trancado em uma cela com um homem enorme chamado Animal*], que se associa ao aspecto NEG-TORTURA FÍSICA PT TORTURA PSICOLÓGICA. Interessante observar que o primeiro segmento desse aspecto é recuperado do aspecto argumentativo anterior (a saber NEG-TORTURA FÍSICA). A conexão existente entre os enunciados dessa parte de texto se faz por contiguidade, visto a impossibilidade de utilizar a expressão *por exemplo* entre eles.

Trecho 3: E que ele gostava de ouvir histórias.
Histórias? É. O Animal gostava de histórias. Ele deveria contar histórias ao Animal e só parar quando o Animal dissesse “Pare”.

Já nesse terceiro trecho, tem-se um julgamento argumentativo cujo encadeamento evocado é [*Animal gostar de histórias, portanto dever contá-las até Animal pedir para parar*], ao qual se associa o aspecto argumentativo SENTIR-SE

AMEAÇADO DC CONTAR HISTÓRIA. Note-se, dessa forma, que a conexão entre os enunciados dessa parte de texto se faz por contiguidade de sentido.

Trecho 4: Se parasse antes, ó...E lhe mostraram o que o Animal faria com o seu crânio, apertando-o entre suas mãos. Se parasse de contar histórias por mais de um minuto, seu crânio viraria um tomate entre as mãos gigantescas do Animal.

A organização semântico-argumentativa desse trecho organiza-se em torno do aspecto argumentativo NEG-CONTAR HISTÓRIA DC SER MACHUCADO, ao qual, de acordo com Graeff (2012), os encadeamentos normativos [*parar de contar histórias, portanto ter seu crânio apertado entre as mãos do Animal*] e [*parar de contar histórias, portanto ter seu crânio virado em tomate entre as mãos gigantescas do Animal*] são conectados pelo processo de similaridade.

Diante desse trecho, é interessante dar destaque ao emprego da palavra *tomate*, para se referir ao resultado de se ter o crânio apertado por um animal. De acordo com Saussure (2002, p. 73), essa seria uma “[...] manifestação flagrante da ação totalmente negativa dos signos”, uma vez que o sentido de “tomate”, nesse discurso, não diz respeito ao alimento, e sim a um outro emprego permitido pela língua.

Trecho 5: Mas que tipo de histórias deveria contar ao Animal? Se vire, disseram. E o trancaram na cela com o Animal. Ele ensaiou um bom-dia. O Animal quieto. Ele disse seu nome, esticou a mão para apertar a mão do Animal. O Animal imóvel. Olhando fixo para um ponto na sua testa. Talvez, pensou ele, calculando a pressão que precisaria para esmagar sua cabeça.

Quando o Animal deu um passo na sua direção, ele disse, rápido:

– Era uma vez...

Desse trecho, evoca-se o encadeamento argumentativo normativo [*Animal se aproximar, portanto começar a contar histórias*], ao qual se associa o aspecto argumentativo SENTIR-SE AMEAÇADO DC CONTAR HISTÓRIA. Cumpre ressaltar que esse trecho estabelece uma conexão de similaridade com o trecho 3, visto que ambos expressam o mesmo aspecto argumentativo, sendo diferentes os encadeamentos evocados.

Aqui, é importante dar destaque à expressão *Era uma vez*. Para isso, cumpre retomar os fundamentos da ANL, segundo os quais não são as palavras ou expressão em si mesmas que contêm o sentido, elas contêm sim significações que orientam para o sentido de determinado emprego. Dessa forma, é a partir da significação da expressão *Era uma vez*, isto é, da sua orientação argumentativa que é possível chegar de fato ao seu sentido no discurso.

Além disso, uma vez que Carel e Ducrot (2005, p. 14, tradução nossa) ressaltam que a “[...] oposição entre transgressivo e normativo se encontra no próprio interior das palavras, inclusive naquelas que não parecem ter em absoluto essa significação⁴⁵, é interessante observar que a relação entre os segmentos do encadeamento evocado acima é dada implicitamente, isto é, não há conectores que sinalizem se o discurso é normativo ou transgressivo, no entanto, a orientação argumentativa oferece possibilidades e restrições de combinação com outras que a continuam para produzir o sentido no discurso.

Trecho 6: O Animal recuou e sentou-se no seu catre para ouvir a história. Ele continuou, tentando desesperadamente improvisar uma narrativa:

– ... uma princesa que morava num castelo. Um dia, um passarinho chegou na janela da princesa e...

Seria aquele o tipo de história de que o Animal gostava? A cara impassível do Animal não lhe dizia nada. Só o que mudara era que ele agora olhava para a boca do outro, em vez de um ponto na sua testa. O narrador continuou improvisando. Durante muitas horas, contou sua história, tentando adivinhar o que agradava e não agradava ao Animal. Mais romance ou mais ação? Mais ou menos sangue? O Animal não fazia um som.

Desse trecho, evoca-se o encadeamento argumentativo normativo [*contar história, portanto Animal recuar*], ao qual se associa o aspecto CONTAR HISTÓRIA DC FICAR EM SEGURANÇA. Note-se a retomada do segundo segmento do aspecto expresso nos trechos 3 e 5 (a saber SENTIR-SE AMEAÇADO DC CONTAR HISTÓRIA) e a constituição de um novo bloco semântico, o que dá continuidade ao tema do texto. A conexão entre os enunciados que constituem esse trecho se faz,

⁴⁵ [...] esta oposición entre transgressivo y normativo se encuentra en el interior mismo de las palabras, incluso de aquellas que no parecen tener en absoluto esta significación. (CAREL; DUCROT, 2005, p. 14).

pois, por contiguidade, visto a impossibilidade de se utilizar a expressão *por exemplo* entre eles.

Trecho 7: Entrou de tudo na história. Príncipe. Madrasta. Lobo. Sapo. Dragão. Anão. Vovozinha. Várias vezes o narrador sugeriu que a história tinha terminado.

– E viveram felizes para sempre...

Mas o Animal não dizia nada. E ele, apavorado, emendava outra história.

– Enquanto isso, em outro castelo, longe dali...

Contou todas as histórias de fada que conhecia e inventou mais algumas. Quando não sabia o que mais inventar, começou a contar filmes, romances, todos os enredos de que conseguia se lembrar. O dia raiou e o Animal continuava olhando para a sua boca, sem dizer uma palavra. Ele espremia a própria cabeça, metaforicamente, para se lembrar de mais histórias. Já esgotara todos os enredos possíveis. Recorrera à Bíblia, às Mil e uma Noites, a Dom Quixote, a Homero, a Janete Clair.

Começou a recontar histórias, variando alguns detalhes para o Animal não desconfiar. Na nova versão, a vovozinha comia o lobo. Misturou histórias. Sinbad e Peter Pan contra invasores de Marte.

Pinóquio, o Rei Arthur e o Capitão Nemo juntando-se aos Três Mosqueteiros nas estepes numa emboscada para o mensageiro do Tzar... Os dias passavam e o Animal não desgrudava os olhos da sua boca. E ele não tinha mais voz!

Evoca-se, nesse trecho, o encadeamento argumentativo normativo [*ficar apavorado com o silêncio do Animal, portanto emendar outra história*], ao qual se associa o aspecto argumentativo SENTIR-SE AMEAÇADO DC CONTAR HISTÓRIA, que constitui a AI contextual de *medo*. Importante ressaltar que esse trecho está conectado pelo processo de similaridade com os trechos 4 e 5, visto a explicitação do mesmo aspecto argumentativo.

Trecho 8: Decidiu contar histórias com mais conteúdo psicológico do que ação, para ver se o Animal se aborrecia e dizia “Pare”. Ou se dormia. Mas o Animal nem piscava. Finalmente, ele se atirou contra as grades e gritou – ou sussurrou, com a pouca voz que lhe sobrava – que não aguentava mais, que o tirassem dali, que confessaria tudo. Confessaria o que quisessem!

E ele contou que mais tarde, depois que o soltaram, encontrara alguém que estivera preso na mesma época e este lhe perguntara:

– Também botaram você na cela com o surdo-mudo?

Nesse trecho, tem-se um julgamento argumentativo constituído pelo encadeamento normativo [*não aguentar mais contar histórias, portanto confessar tudo o que quiserem*], ao qual se associa o aspecto TORTURA PSICOLÓGICA DC CONFISSÃO, que resume o sentido global do discurso. Interessante observar a retomada de um segmento do aspecto expresso no trecho 2 (TORTURA PSICOLÓGICA) para a instalação de um novo bloco semântico no texto. Note-se que a conexão entre os enunciados desse trecho se faz por contiguidade, havendo um único motivo argumentativo.

Tendo aplicado a metodologia proposta por esta pesquisa, parte-se, na sequência, para capítulo em que são discutidos os resultados encontrados a partir da análise do *corpus*.

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisadas as três crônicas que constituem o *corpus* deste estudo, realizam-se, neste capítulo, a apresentação e a discussão dos resultados. Com o intuito de melhor apresentar os dados, faz-se a utilização de quadros que explicitam os aspectos argumentativos expressos em cada um dos discursos analisados. Observe-se o quadro 1, o qual apresenta os aspectos do discurso 1:

Quadro 1 - Relação de aspectos argumentativos expressos em cada trecho do discurso 1 e o tipo de conexão estabelecida entre os enunciados

Trecho	Segmento A	CON	Segmento B	Tipo de conexão
1	IDADE AVANÇADA	PT	JOVIAL	Similaridade entre enunciados do mesmo trecho
2	JOVIAL	PT	DESCONHECIMENTO DE TECNOLOGIA	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
3	DESCONHECIMENTO DE TECNOLOGIA	PT	NEG-DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA]	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
4	IDOSA	PT	INDEPENDENTE	Contiguidade entre enunciados dos trechos 1 e 4
5	NEG-ONIPRESENÇA	PT	UNIÃO FAMILIAR	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
6	IDOSA	PT	INDEPENDENTE	Similaridade entre enunciados dos trechos 4 e 6
7	INDEPENDENTE	DC	RESPONSÁVEL [PELOS PRÓPRIOS GASTOS]	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
8	NEG-EMIÇÃO DE EXTRATO IMPRESSO	DC	EMIÇÃO DE EXTRATO ONLINE	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
9	DIREITO DE DESCONHECER TECNOLOGIA	PT	NEG-DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA] SER RECONHECIDO	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
10	DIREITO DE DESCONHECER TECNOLOGIA	PT	NEG-DIREITO SER RECONHECIDO	Similaridade entre enunciados dos trechos 9 e 10
11	IDADE AVANÇADA	PT	NEG-DIREITO SER RECONHECIDO	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
12	DIREITO DE DESCONHECER TECNOLOGIA	PT	NEG-DIREITO SER RECONHECIDO	Similaridade entre enunciados dos trechos 9, 10 e 12
Sentido global	TER IDADE AVANÇADA	DC	TER O DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA] RECONHECIDO	-

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Com base no quadro, pode-se depreender que o sentido do discurso 1 é construído ao longo de doze aspectos argumentativos, cada um dos quais expresso em uma parte de texto. No trecho 1, tem-se uma série de julgamentos argumentativos conectados pelo processo de similaridade. Esses julgamentos compartilham, pois, a AI contextual de *idosa*, expressa pelo mesmo aspecto argumentativo (IDADE AVANÇADA PT JOVIAL). Nos trechos 2 e 3, há o acréscimo de dois novos blocos semânticos no texto, a partir da retomada do segundo segmento dos seus aspectos argumentativos anteriores (observe-se: IDADE AVANÇADA PT JOVIAL > JOVIAL PT DESCONHECIMENTO DE TECNOLOGIA > DESCONHECIMENTO DE TECNOLOGIA PT NEG-DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA]). A conexão entre os enunciados se faz, pois, por contiguidade, havendo um único julgamento argumentativo em cada um dos referidos trechos. No trecho 4, estabelece-se uma conexão por contiguidade com os enunciados do trecho 1, visto a relação estabelecida entre a AI de *idosa* e sua AE (IDOSA PT INDEPENDENTE).

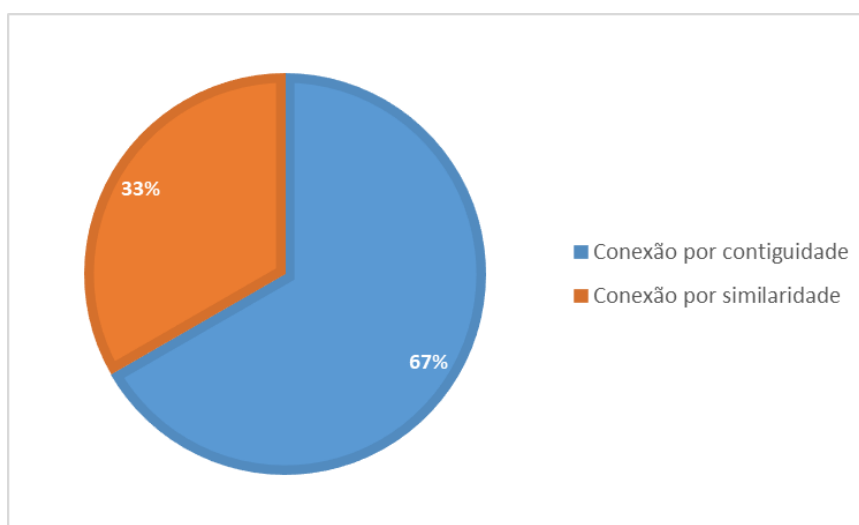
No trecho 5, tem-se um novo julgamento argumentativo, o qual inaugura um novo bloco semântico no texto. Tem-se, pois, uma conexão por contiguidade entre os enunciados. Já no trecho 6, estabelece-se uma conexão por similaridade com os enunciados do trecho 4, visto que ambos compartilham o mesmo aspecto argumentativo (IDOSA PT INDEPENDENTE), sendo diferentes os encadeamentos evocados. Nos trechos 7, 8 e 9, estabelece-se uma conexão por contiguidade entre os enunciados, visto a constituição de um único julgamento argumentativo em cada uma das referidas partes de texto.

Já no trecho 10, tem-se uma conexão por similaridade com os enunciados do trecho 9, uma vez que ambos trechos compartilham o mesmo aspecto argumentativo (DIREITO DE DESCONHECER TECNOLOGIA PT NEG-DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA] SER RECONHECIDO), sendo diferentes os encadeamentos evocados. No trecho 11, por sua vez, tem-se uma conexão por contiguidade entre os enunciados, e, por fim, no trecho 12, estabelece-se uma conexão por similaridade com os enunciados dos trechos 9 e 10, visto que expressam o mesmo aspecto argumentativo (DIREITO DE DESCONHECER TECNOLOGIA PT NEG-DIREITO SER RECONHECIDO), sendo diferentes os encadeamentos evocados em cada uma das partes de texto.

Com base na análise de cada um dos trechos, pode-se sintetizar o sentido do discurso 1 no aspecto argumentativo único TER IDADE AVANÇADA DC TER O DIREITO [DE DESCONHECER TECNOLOGIA] RECONHECIDO. Note-se que os dois segmentos que constituem o referido aspecto são expressos mais de uma vez ao longo do discurso. Assim, é interessante destacar, ainda com base no quadro 1, as retomadas de sentido empreendidas no discurso. Destaca-se não só a reiteração de um dos segmentos que compõem os aspectos argumentativos, o que ocorre nos trechos 2, 3, 7, 9 e 11, mas também a reiteração de aspectos argumentativos como um todo, como pode-se observar nos trechos 6, 10 e 12. No primeiro caso, tem-se a repetição de um único segmento e a constituição de um novo bloco semântico, o que faz o tema do texto progredir. Já no segundo caso, tem-se uma relação de similaridade entre enunciados de trechos diferentes, visto que, em cada parte de texto em que ocorre a reiteração de um aspecto argumentativo inteiro, tem-se a constituição de mais um julgamento ou motivo argumentativo. Nesse sentido, as retomadas demonstram ser uma importante ferramenta tanto para a manutenção, como para a progressão temática, possibilitando que o texto mantenha a coerência no desenvolvimento de seu tema.

Ao final da análise dos doze trechos que compõem o discurso 1, verifica-se oito ocorrências de conexão por contiguidade e quatro ocorrências de conexão por similaridade. A figura 8 mostra o total das ocorrências no discurso 1:

Figura 8 - Total de ocorrências de conexão por similaridade e conexão por contiguidade no discurso 1



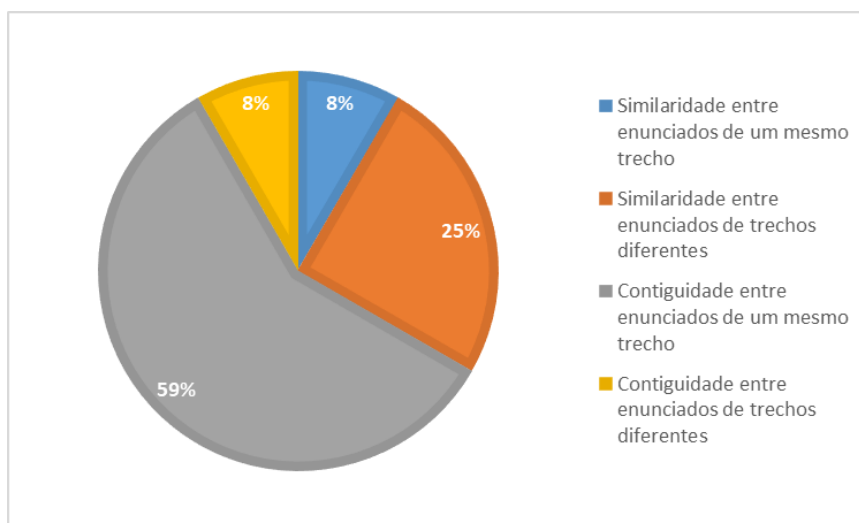
Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Salienta-se o domínio de ocorrências de conexão por contiguidade (67%), em comparação com as ocorrências de conexão por similaridade (33%). Nessa perspectiva, vale lembrar o que Graeff (2012) destaca a respeito do processo de contiguidade. Segundo a autora, ele “[...] permite entender como o texto mantém a coerência no desenvolvimento de seu tema. Trata-se, nesse caso, da coerência linguístico-discursiva do texto”. (GRAEFF, 2012, p. 207). Nos oito trechos analisados em que ocorre o processo de contiguidade (2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 11), pode-se dizer, há uma *progressão semântico-argumentativa* do texto, garantida pela manutenção do tema e pela instalação de novos blocos semânticos.

No que se refere ao total das ocorrências dos dois processos descritos, cumpre salientar que os dados revelam não só ocorrências de conexões entre enunciados de um mesmo trecho, mas também entre partes de texto diferentes. A título de exemplificação, é interessante recorrer aos trechos 1 e 6, bem como aos trechos 3 e 4. No trecho 1, evocam-se uma série de encadeamentos argumentativos conectados pelo processo de similaridade. Esses encadeamentos, ligados a um mesmo aspecto argumentativo, fazem parte de uma cadeia linear, isto é, estão postos um após o outro, no mesmo enunciado. O mesmo não ocorre no trecho 6, visto que a conexão por similaridade se dá com uma outra parte de texto, no caso com o trecho 4. Nesses casos, há a repetição de um aspecto argumentativo no quadro dos aspectos expressos no discurso 1 (ver pg. 74). No trecho 3, por sua vez, há uma relação de contiguidade entre os enunciados da mesma parte de texto. Note-se que a referida conexão diz respeito aos dois segmentos do encadeamento argumentativo, entre os quais não é possível empregar a expressão *por exemplo*, apenas um conector como *portanto* ou *no entanto*, visto a constituição de único motivo argumentativo. Já no trecho 4, a conexão por contiguidade se dá com outra parte de texto, mais especificadamente, com o trecho 1.

Com base nisso, verifica-se que das oito ocorrências de conexão por contiguidade encontradas no discurso 1, sete ocorrências dizem respeito a enunciados de um mesmo trecho e apenas uma diz respeito a enunciados de trechos diferentes. Já das quatro ocorrências de conexão por similaridade encontradas no discurso 1, uma ocorrência diz respeito a enunciados de um mesmo trecho, enquanto três ocorrências dizem respeito a enunciados de trechos diferentes. A figura 9 demonstra, com maiores detalhes, o que precede:

Figura 9 - Ocorrências de conexões entre enunciados de um mesmo trecho e entre enunciados de trechos diferentes no discurso 1



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Verifica-se, pois, o domínio da conexão por contiguidade entre enunciados de um mesmo trecho (sete ocorrências), seguida da conexão por similaridade entre enunciados de trechos diferentes (três ocorrências). Essa constatação reitera a possibilidade de se falar em uma *progressão semântico-argumentativa* do texto, garantida pela manutenção do tema e pela instalação de novos blocos semânticos. Note-se que as conexões por similaridade entre enunciados de um mesmo trecho e contiguidade entre trechos diferentes ocorrem apenas uma vez ao longo do discurso.

Passa-se, na sequência, à discussão dos resultados encontrados no segundo discurso analisado. Observe-se, no quadro 2, os aspectos argumentativos expressos no referido discurso.

Quadro 2 - Relação de aspectos argumentativos expressos em cada trecho do discurso 2 e o tipo de conexão estabelecida entre os enunciados

Trecho	Segmento A	CON	Segmento B	Tipo de conexão
1	ESTAR DE ANIVERSÁRIO	DC	COMEMORAR	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
2	ESCURIDÃO	DC	NECESSIDADE DE ILUMINAÇÃO	Similaridade entre enunciados do mesmo trecho
3	TER MOTIVOS PARA COMEMORAR	PT	TER PROBLEMAS A RESOLVER	Similaridade entre enunciados do mesmo trecho
4	TER PROBLEMAS A RESOLVER	PT	TER ALEGRIAS	Similaridade entre enunciados do mesmo trecho
5	TER MOTIVOS PARA COMEMORAR	PT	TER PROBLEMAS A RESOLVER	Similaridade entre enunciados dos trechos 3 e 5
6	TER MOTIVOS PARA COMEMORAR	PT	TER PROBLEMAS A RESOLVER	Similaridade entre enunciados dos trechos 3, 5 e 6
Sentido global	TER MOTIVOS PARA COMEMORAR	PT	TER PROBLEMAS A RESOLVER	-

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

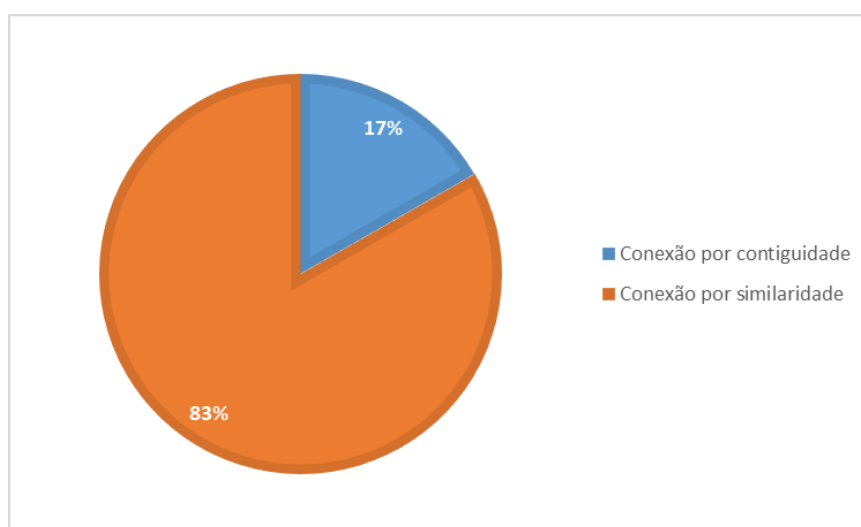
Com base no quadro, pode-se dizer que, diferentemente do seu anterior, o sentido do discurso 2, intitulado *Às escuras*, é construído ao longo de seis aspectos argumentativos, cada um dos quais expresso em uma parte de texto. No trecho 1, tem-se uma relação de contiguidade, visto a impossibilidade de emprego da expressão *por exemplo* entre os enunciados. Há, pois, nesse trecho, um único julgamento argumentativo. O mesmo não ocorre no trecho 2, em que há a constituição de dois julgamentos. Nesse caso, ocorre uma conexão por similaridade entre os enunciados da referida parte de texto. Nos trechos 3 e 4, de igual maneira, há uma conexão por similaridade entre os enunciados. Tem-se, em cada um desses trechos, uma série de motivos argumentativos que explicitam o mesmo aspecto argumentativo (TER MOTIVOS PARA COMEMORAR PT TER PROBLEMAS A RESOLVER e TER PROBLEMAS A RESOLVER PT TER ALEGRIAS, respectivamente). Por fim, nos trechos 5 e 6, estabelece-se uma conexão por similaridade com os enunciados do trecho 3, uma vez que as três referidas partes de texto expressam o mesmo aspecto argumentativo (TER MOTIVOS PARA

COMEMORAR PT TER PROBLEMAS A RESOLVER), o qual explicita o sentido global do discurso.

Note-se que o aspecto argumentativo que resume o sentido global do discurso 2 é expresso mais de uma vez ao longo do discurso. Do mesmo modo que o discurso 1, destaca-se, neste, não só a retomada de um dos segmentos que constituem o aspecto argumentativo, mas também, e sobretudo, a retomada de aspectos inteiros, como pode-se perceber nos trechos 3, 5 e 6.

Ao final da análise dos seis trechos que compõem o discurso 2, verifica-se uma ocorrência de conexão por contiguidade e cinco ocorrências de conexão por similaridade. Observe-se a figura 10, que apresenta o total de ocorrências das duas conexões no discurso 2:

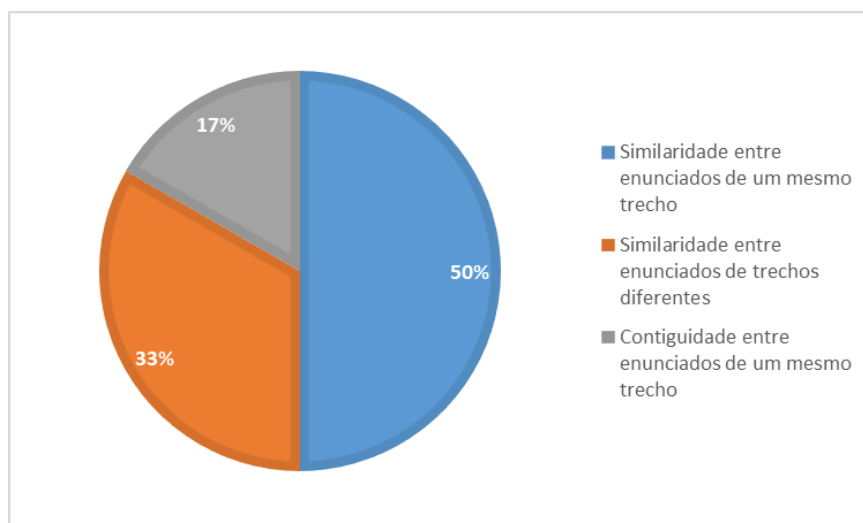
Figura 10 - Total de ocorrências de conexão por contiguidade e conexão por similaridade no discurso 2



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Depreende-se, com base na figura 10, que, diferentemente do discurso 1, o discurso 2 apresenta um domínio da conexão por similaridade (cinco ocorrências), visto a existência de muitos motivos argumentativos conectados a um mesmo aspecto. Das cinco ocorrências de conexão por similaridade estabelecidas no discurso, três ocorrências dizem respeito a enunciados de um mesmo trecho, enquanto duas dizem respeito a enunciados de trechos diferentes. A conexão por contiguidade, estabelecida no trecho 1, diz respeito aos enunciados da mesma parte de texto. A figura 11 demonstra, pois, o que precede:

Figura 11 - Ocorrências de conexões entre enunciados de um mesmo trecho e entre enunciados de trechos diferentes no discurso 2



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Verifica-se, com base na figura 11, o domínio da conexão por similaridade entre enunciados de um mesmo trecho, seguida da mesma conexão entre enunciados de trechos diferentes. Note-se que a conexão por contiguidade, nesse discurso, não é recorrente, visto haver uma única ocorrência da conexão entre enunciados de um mesmo trecho e nenhuma entre enunciados de trechos diferentes.

Passa-se, por fim, à discussão dos resultados encontrados no terceiro discurso analisado. Observe-se o quadro 3:

Quadro 3 - Relação dos aspectos argumentativos expressos em cada trecho do discurso 3 e o tipo de conexão estabelecida entre os enunciados

Trecho	Segmento A	CON	Segmento B	Tipo de conexão
1	PRISÃO POR QUESTÕES POLÍTICAS	PT	NEG-TORTURA FÍSICA	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
2	NEG-TORTURA FÍSICA	PT	TORTURA PSICOLÓGICA	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
3	SENTIR-SE AMEAÇADO	DC	CONTAR HISTÓRIA	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
4	NEG-CONTAR HISTÓRIA	DC	SER MACHUCADO	Similaridade entre enunciados do mesmo trecho
5	SENTIR-SE AMEAÇADO	DC	CONTAR HISTÓRIA	Similaridade entre enunciados dos trechos 3 e 5
6	CONTAR HISTÓRIA	DC	FICAR EM SEGURANÇA	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
7	SENTIR-SE AMEAÇADO	DC	CONTAR HISTÓRIA	Similaridade entre enunciados dos trechos 3, 5 e 7
8	TORTURA PSICOLÓGICA	DC	CONFISSÃO	Contiguidade entre enunciados do mesmo trecho
Sentido global	TORTURA PSICOLÓGICA	DC	CONFISSÃO	-

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Note-se que o sentido do discurso 3, intitulado *Histórias*, é construído ao longo de oito aspectos argumentativos, cada um dos quais expresso em uma parte de texto. No trecho 1, tem-se a constituição de um único julgamento argumentativo, constituído por um encadeamento e por um aspecto. Estabelece-se, pois, na referida parte de texto, uma conexão por contiguidade entre os enunciados. No trecho 2, há a retomada do segundo segmento do aspecto argumentativo anterior e a constituição de um novo bloco semântico. Estabelece-se, pois, uma conexão por contiguidade entre os enunciados dessa parte de texto. No trecho 3, também ocorre uma conexão por contiguidade entre os enunciados, visto a impossibilidade do emprego da expressão *por exemplo* entre os dois segmentos, separados pelo conector *portanto*.

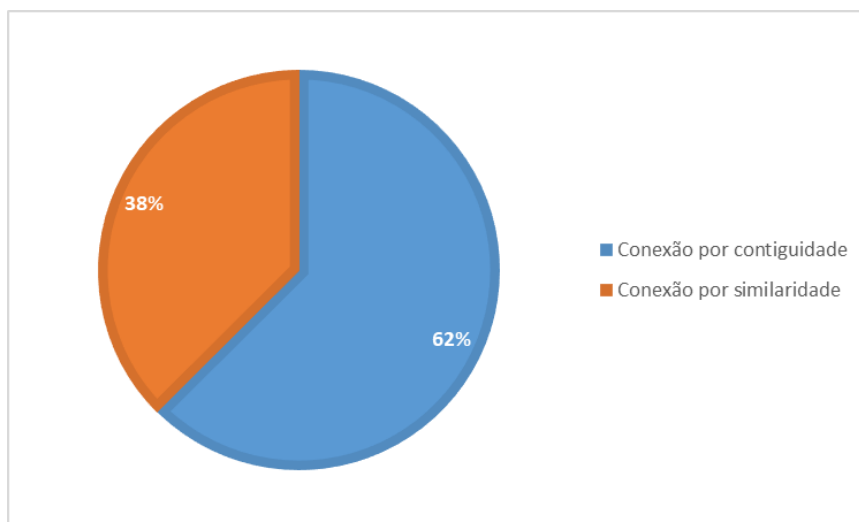
Já no trecho 4, estabelece-se uma conexão por similaridade entre os enunciados do mesmo trecho. Tem-se, pois, nessa parte de texto, dois motivos argumentativos distintos. No trecho 5, por sua vez, estabelece-se uma relação de similaridade com o trecho 3, visto que ambos compartilham o mesmo aspecto

argumentativo do bloco semântico que expressam, sendo diferentes os encadeamentos evocados.

No trecho 6, a conexão entre os enunciados se faz por contiguidade, visto não só a impossibilidade do emprego da expressão *por exemplo*, mas também a constituição de um único julgamento argumentativo. No trecho 7, tem-se uma conexão por similaridade com os trechos 3 e 5, visto que os três referidos trechos explicitam um mesmo aspecto argumentativo (SENTIR-SE AMEAÇADO DC CONTAR HISTÓRIA). Por fim, no trecho 8, estabelece-se uma conexão por contiguidade entre os enunciados dessa parte de texto, havendo um único julgamento argumentativo. Com base na análise dos aspectos argumentativos explicitados no quadro 3, pode-se sintetizar o sentido global do discurso analisado no aspecto argumentativo único TORTURA PSICOLÓGICA DC CONFISSÃO.

Verifica-se, ao final da análise das oito partes de texto que compõem o discurso 3, cinco ocorrências de conexão por contiguidade e três ocorrências de conexão por similaridade. Observe-se a figura 12:

Figura 12 - Total de ocorrências de conexão por contiguidade e conexão por similaridade no discurso 3

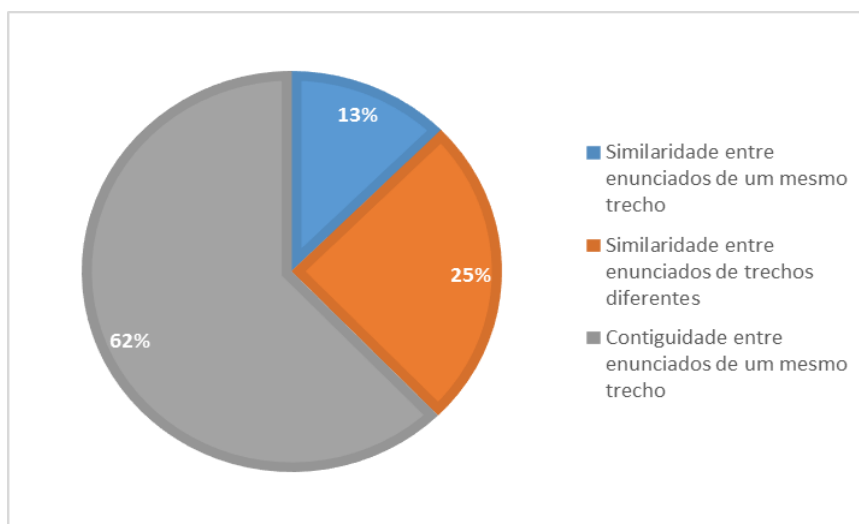


Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Depreende-se, com base na figura 12, que o discurso 3 apresenta, assim como o discurso 1, um domínio de ocorrências de conexão por contiguidade entre enunciados de um mesmo trecho. Cumpre destacar que das três ocorrências de conexão por similaridade, uma ocorrência diz respeito a enunciados de um mesmo

trecho e duas ocorrências dizem respeito a enunciados de trechos diferentes. A figura 13 demonstra, pois, o que precede:

Figura 13 - Ocorrências de conexões entre enunciados de um mesmo trecho e entre enunciados de trechos diferentes no discurso 3



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Verifica-se, com base na figura 13, o domínio da conexão por contiguidade entre enunciados de um mesmo trecho, seguida da ocorrência da conexão por similaridade entre enunciados de trechos diferentes. Em função disso, o discurso 3 apresenta dados semelhantes aos do discurso 1. Esses dois discursos se distinguem, pois, do discurso 2, em que há uma predominância do processo de similaridade entre os enunciados de um mesmo trecho. Cumpre sublinhar, além disso, que não foram encontradas conexões por contiguidade entre enunciados de trechos diferentes, tanto no discurso 2, como no discurso 3. Essa constatação aponta para a necessidade de um estudo mais ampliado, que examine as duas referidas conexões em um *corpus* mais robusto de crônicas.

Para finalizar, vale ressaltar a importância dos pressupostos teóricos da Semântica Argumentativa para o estudo da organização dos sentidos do texto. Parte-se, na sequência, para as considerações finais desta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chega-se ao momento de visualizarmos as marcas deixadas ao longo do trajeto percorrido até aqui. Embora não tenhamos esgotado a reflexão, apresentamos, nesta seção, as implicações decorrentes desta pesquisa.

Para tanto, cumpre retomar nossas perguntas norteadoras: (a) como os motivos argumentativos se organizam para a constituição do sentido do discurso? e (b) de que modo as conexões estabelecidas entre os enunciados permitem explicitar o sentido global do discurso?

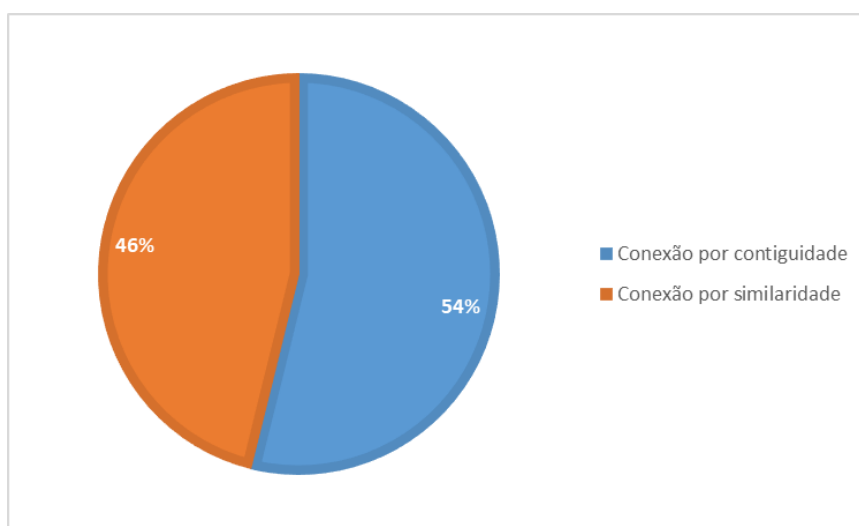
A partir delas, e com base nas ferramentas postas à disposição pela Teoria da Argumentação na Língua, em especial pela sua versão da Teoria dos Blocos Semânticos, traçamos nossos objetivos e passamos ao desenvolvimento, de fato, da investigação. Buscou-se, primeiramente, analisar como os motivos argumentativos se organizam para a constituição do sentido. Para tanto, dividiu-se os textos em trechos que evocam encadeamentos e exprimem um aspecto, de acordo com a definição de motivo argumentativo dada por Carel (2012). Em seguida, buscou-se verificar de que forma as conexões – tanto por contiguidade como por similaridade – estabelecidas entre os enunciados contribuem para a explicitação do sentido global do discurso. Para isso, identificamos o tipo de conexão estabelecida em cada trecho, tendo em vista as definições dadas por Graeff (2012).

Verificando o funcionamento dos processos descritos, observou-se a ocorrência de conexões tanto no que diz respeito a enunciados de um mesmo trecho, como a enunciados de trechos diferentes. Constatou-se, pois, que a conexão por contiguidade entre enunciados de um mesmo trecho diz respeito à relação entre os dois segmentos que constituem determinado encadeamento argumentativo, relação em que não é possível colocar a expressão *por exemplo* entre os enunciados, somente um conector como *portanto* ou *no entanto*. A conexão por similaridade entre enunciados de trechos diferentes, por outro lado, diz respeito à relação entre encadeamentos argumentativos conectados a aspectos localizados em outras partes de texto. Nesses casos, há a reiteração de um aspecto argumentativo, como pode-se perceber nos quadros apresentados na seção anterior. O mesmo não ocorre com a conexão por similaridade entre enunciados de um mesmo trecho, uma vez que, nessas ocorrências, os encadeamentos ligados a um mesmo aspecto argumentativo fazem parte de uma cadeia linear, isto é, estão postos um após o

outro, no mesmo enunciado. Por fim, a conexão por contiguidade entre enunciados de trechos diferentes, que ocorre quando há uma relação entre a AI e a AE de uma entidade linguística, diz respeito a relações entre partes de texto mais distantes.

Interpretados os resultados encontrados nos três discursos analisados, verificou-se, em um total de vinte e seis trechos analisados, quatorze ocorrências de conexão por contiguidade e doze ocorrências de conexão por similaridade. Observe-se a figura 14, que demonstra o que precede:

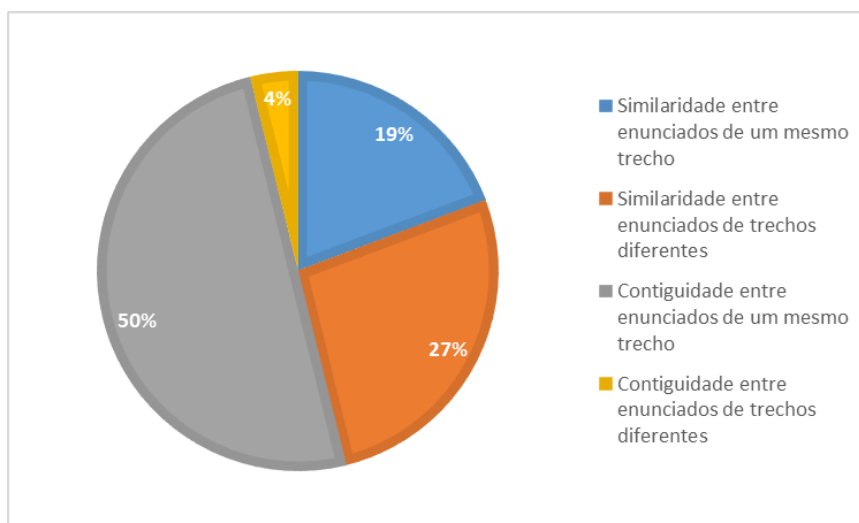
Figura 14 - Total de ocorrências de conexão por contiguidade e conexão por similaridade nos discursos 1, 2 e 3



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Com base na figura 14, constata-se, pois, que os dois processos descritos por Graeff (2012) ocorrem com frequência ao longo das crônicas analisadas. Observando-se, mais atentamente, os resultados, verifica-se que, das quatorze ocorrências de conexão por contiguidade (54%), treze ocorrências dizem respeito a enunciados de um mesmo trecho e apenas uma ocorrência diz respeito a enunciados de trechos diferentes. Já das doze ocorrências de conexão por similaridade (46%), cinco ocorrências dizem respeito a enunciados de um mesmo trecho e sete ocorrências dizem respeito a enunciados de trechos diferentes, conforme mostra a figura 15:

Figura 15 - Total de ocorrências de conexões entre enunciados de um mesmo trecho e entre enunciados de trechos diferentes nos discursos 1, 2 e 3



Fonte: Elaborada pela autora (2017).

Verifica-se, com base na figura 15, que a conexão por contiguidade entre enunciados de um mesmo trecho é o processo mais frequente (50%), embora não seja o caso do discurso 2, em que o mais recorrente é o processo de similaridade entre enunciados de um mesmo trecho. O segundo processo mais frequente nas três crônicas analisadas é a conexão por similaridade entre trechos diferentes (27%). Esse tipo de conexão, é importante sublinhar, ocorre nas três crônicas analisadas.

Já as conexões por similaridade entre enunciados de um mesmo trecho (19%) e por contiguidade entre trechos diferentes (4%) são as menos frequentes nas três crônicas analisadas. Essa constatação pode encontrar justificativa nos padrões composicionais da crônica, que, como visto no capítulo 1 deste estudo, é considerada, pelos estudiosos da área, um gênero híbrido, de pouca estabilidade. Nessa perspectiva, é importante ressaltar que Graeff (2012), em seu artigo sobre as conexões, analisa textos dissertativos, diferentemente do *corpus* escolhido para a análise desta dissertação. Dessa forma, torna-se necessária a realização de novos estudos, para verificar o funcionamento dos processos descritos em um *corpus* mais robusto de crônicas.

Destaca-se, nas análises, a retomada de um dos segmentos que compõem os aspectos argumentativos e, também, a retomada de aspectos argumentativos como um todo. Essa constatação abre a possibilidade de propor soluções para os

problemas levantados pela Linguística do Texto, no que se refere aos estudos de referenciação. Além disso, destacam-se os casos de encapsulamento anafórico encontrados nos discursos analisados, os quais, segundo Graeff (2007), não só podem remeter a um dos segmentos que constituem o encadeamento argumentativo, mas também a encadeamentos como um todo.

Ademais, é indispensável fazer considerações a respeito dos diferentes tipos de argumentações encontradas nos três discursos analisados. Percebe-se que, enquanto os discursos 1 e 2 (*A baixa cotação dos off-lines* e *Às escuras*, de Martha Medeiros) permanecem mais no que pode-se chamar de *discurso do cotidiano*, o discurso 3 (*Histórias*, de Luís Fernando Veríssimo) se aproxima de um *discurso literário*, uma vez que traz sentidos não tão usuais. Nessa perspectiva, vale dar destaque aos encadeamentos argumentativos contextuais, ou seja, aqueles criados, de acordo com Ducrot (2006), nas relações discursivas, no interior do próprio discurso. É o caso, por exemplo, do aspecto argumentativo SENTIR-SE AMEAÇADO DC CONTAR HISTÓRIA, expresso nos trechos 3, 5 e 7 do discurso 3.

Antes de finalizar, vale fazer algumas considerações a respeito do fazer do linguista. De acordo com Ducrot (2017)⁴⁶, “[...] faz-se necessário admitir que os sentidos ou interpretações exercem o papel dos fatos para o linguista que os utiliza para constituir o seu objeto próprio, as significações”. (DUCROT, 2017, p. 114). O trabalho do linguista, nessa perspectiva, consiste em partir dos sentidos dos enunciados para estabelecer, a partir deste ponto, as significações das frases; e, como bem destacam Ducrot e Carel (2008, p. 18),

[...] a determinação das significações linguísticas só é [...] possível pela consideração sistemática do discurso: é no discurso que estão situados os encadeamentos argumentativos que a língua reúne nas suas significações.

Procurou-se, pois, não perder de vista esses pressupostos na realização deste estudo. Embora saibamos da impossibilidade de esgotamento do tema, esperamos ter incitado reflexões a respeito de uma semântica da língua e do fazer do linguista.

⁴⁶ Trata-se do texto *L'interprétation en sémantique linguistique: un point de départ imaginaire*, traduzido para o português em 2017 e publicado na Revista Entremeios.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBRE, Jean-Claude; DUCROT, Oswald. **L'argumentation dans la langue**. Bruxelles: Mardaga, 1983.
- ARRIGUCCI JR, Davi. Fragmentos sobre a crônica. In: ARRIGUCCI JR, Davi. **Enigma e comentário**: ensaios sobre literatura e experiência. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 51-66.
- ASSIS, Machado. **Crônicas escolhidas**. Organização, introdução e notas de John Gledson. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.
- BARBISAN, Leci Borges. **Por uma abordagem argumentativa da linguagem**. In: GIERING, Maria Eduarda; TEIXEIRA, Marlene. (Org.). Investigando a linguagem em uso. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004, p. 57-77.
- BECKER, Caroline Valada. A crônica e suas molduras, um estudo genológico. **Estação Literária**, Londrina, v. 11, p. 10-26, 2013.
- BRISSON, Luc; PRADEAU, Jean Francois. **Vocabulário de Platão**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.
- CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.
- CAREL, Marion. Pourtant: argumentation by exception. **Journal of Pragmatics**, v. 24, p. 167-188, 1995.
- CAREL, Marion. Introduction. In: CAREL, Marion (Org.). **Argumentation et polyphonie**: de Saint Augustin à Robbe-Grillet. Paris: L'Harmattan, 2012, p. 7-58.
- CAREL, Marion. Tu serás um homem, meu filho. Um prolongamento da doxa: o paradoxo. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 9, n. 2, p. 254-270, jul./dez. 2013.
- CAREL, Marion; DUCROT, Oswald. **La semántica argumentativa**: una introducción a la teoría de los bloques semánticos. Buenos Aires: Colihue, 2005.
- CAREL, Marion. DUCROT, Oswald. Atualização da polifonia. **Desenredo**, Passo Fundo. v. 6, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2010.
- CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.
- CORDERO, Nestor-Luis. Introduction. In: PLATON, **Le Sophiste**. Paris: GF-Flammarion, 1993.

COUTINHO, Afrânio. Ensaio e crônica. In: COUTINHO, Afrânio (Org.); codireção de Eduardo de Faria Coutinho. **A literatura no Brasil**. São Paulo: Global, vol. 6, 1994, p. 117-143.

CONY, Carlos Heitor. **A crônica como gênero do jornalismo e da literatura**. (06 dez. 2002). In: Folha de S. Paulo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq16109815.htm>>. Acesso em: 17 fev. 2017.

DUCROT, Oswald. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes Editora, 1987.

DUCROT, Oswald. **Polifonía y argumentación**: conferencias del seminario teoría de la argumentación y análisis del discurso. Cali: Universidad del Valle, 1990.

DUCROT, Oswald. La sémantique argumentative peut-elle se réclamer de Saussure? In: SAUSSURE, Louis de. **Nouveaux regards sur Saussure**: mélanges offerts à René Amacker. Genève: Droz, 2006, p. 153-170.

DUCROT, Oswald. Prefácio. In: VOGT, Carlos. **O intervalo semântico**: contribuição para uma teoria semântica argumentativa. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2009, p. 9-19.

DUCROT, Oswald. A interpretação em semântica linguística: um ponto de vista imaginário. **Entremeios**, Pouso Alegre, v. 14, p. 111-134, jan./jun. 2017.

DUCROT, Oswald; CAREL, Marion. Descrição argumentativa e descrição polifônica: o caso da negação. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 43, n. 1, p. 7-18, jan./mar. 2008.

FREITAS, Mara Rubia Rodrigues. **A natureza argumentativa da língua no discurso informativo da notícia**. 2016. 121f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, 2016.

GLEDSON, John. Introdução. Tradução de Lourdes Dias. In: ASSIS, Machado. **Bons dias!** Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Editora HUCITEC, 1990.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. **Resumo de textos**: em busca dos blocos semânticos e das unidades semânticas básicas. Passo Fundo: UPF, 2001.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. Encadeamento argumentativo e encapsulamento anafórico. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 191-200, jun. 2007.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. A conexão entre os enunciados no texto com base na semântica argumentativa. **Desenredo**, Passo Fundo, v. 8, n. 2, p. 197-208, jul./dez. 2012.

HUGO, Victor. **Claude Gueux**. Paris: Librairie Générale Française, 1995.

JAKOBSON, Roman. **Essais de linguistique générale 1**. Les fondations du langage. Paris: Minuit, 2003.

LOPEZ, Telê Porto Ancora. A crônica de Mário de Andrade: impressões que historiam. In: CANDIDO, Antonio et al. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992, p. 165-188.

MEDEIROS, Martha. A baixa cotação dos off-lines. **Zero Hora**, Porto Alegre. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/martha-medeiros/noticia/2017/03/a-baixa-cotacao-dos-off-lines-9758735.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MEDEIROS, Martha. Às escuras. **Zero Hora**, Porto Alegre. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/martha-medeiros/noticia/2017/03/as-escuras-9756845.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

MELO, José Marques de. A crônica. In: **Jornalismo e literatura**: a sedução da palavra. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.

MEYER, Michel. **A retórica**. Revisão técnica de Lineide Salvador Mosca. São Paulo: Editora Ática, 2007.

MORAES, Vinicius de. O exercício da crônica. In: MORAES, Vinicius de. **Para viver um grande amor**: crônicas e poemas. São Paulo: Cia das Letras, 2010, p. 52-53.

NÓBREGA, Mônica. Visitar a herança saussuriana: um convite à linguística. In: TEIXEIRA, Marlene; FLORES, Valdir do Nascimento. (Org.). **O sentido na linguagem**: uma homenagem à professora Leci Borges Barbisan. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p. 115-138.

PAVIANI, Jayme. Tópicos para uma leitura de O Sofista. **Revista Veritas**, v. 42, n. 4, p. 937-943, dez. 1997.

PLATÃO. **Diálogos**. Tradução e notas de José Cavalcante de Souza, Jorge Paleikat e João Cruz Costa. Seleção de textos de José Américo Motta Pessanha. 5. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1991.

SÁ, Jorge de. **A crônica**. São Paulo: Editora Átila, 2008.

SANTOS, Jeana Laura da Cunha. Passagem do livro ao jornal: o texto esfarela-se na crônica. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)**, v. 2, n. 1, p. 135-143, jan./jun. 2013.

SANTOS, José Gabriel Trindade. **Platão**: a construção do conhecimento. São Paulo: Paulus, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de linguística geral**. BOUQUET, Simon; ENGLER, Rudolf (Org.) e WEIL, Antoinette (Col.). Tradução de Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (Org.) e RIEDLINGER, Albert (Col.). Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **O adiantado da hora**: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.

SIMÕES, André de Freitas. A evolução da crônica como gênero nacional. **Estação Literária**, Londrina, v. 4, p. 49-61, 2009.

TÁVOLA, Arthur da. Há duas mil e tantas crônicas. In: BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1980.

TEIXEIRA, Marlene. Palavras para fazer ouvir interrogações. **Organon**, Porto Alegre, n. 40/41, p. 231-253, jan./dez. 2006.

VERÍSSIMO, Luís Fernando. Histórias. **Zero Hora**, Porto Alegre. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/luis-fernando-verissimo/noticia/2017/03/luis-fernando-verissimo-historias-9751091.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.